

Para uma visão diacrônica da negação em português: derivação sintática e tipologia*

Cristiane NAMIUTI-TEMPONI¹

Resumo: Neste artigo, por meio da comparação com outras línguas (e.g. servo croata e búlgaro), e de um diálogo na interface sintaxe-informação, pretendemos mostrar que o ‘*não*’ e o ‘*verbo*’ sempre ocorrem amalgamados em português, e, também, explicar por que motivo a negação nunca foi um contexto de interpolação de XPs como os demais advérbios proclisadores, mas foi o elemento que mais ocorreu interpolado na história da língua. A argumentação que trilharemos aqui corrobora a hipótese de Namiuti (2006) de que não houve qualquer mudança relacionada diretamente com o operador de negação sentencial – *não* – na História do Português.

Palavras-chave: Sintaxe, Negação, Diacronia.

ABSTRACT: In this article, through a comparison with other languages (e.g. Serbo Croatian and Bulgarian) and on an interface dialogue syntax-information, we intend to show that *no* and *verb* always occur amalgamed in portuguese, and we also intend to explain why negation was never been a context of XPs' interpolation, otherwise the others proclitic adverbals, but it was the greater interpolated element. The argumentation that we bring here corroborate Namiuti (2006)'s hypothesis that there wasn't any change about negation operator – 'não' - on the History of Portuguese.

Key-words: Syntax, Negation, Diachrony.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir a negação sentencial em português por meio da comparação com os paradigmas do Servo Croata e do Búlgaro (dados de RIVERO 1997). Línguas como o Servo Croata que possuem um clítico sensível à primeira posição da frase, mas que pode ocorrer linearmente não adjacente ao verbo e ainda têm a negação clítica ao verbo, além de produzirem a ordem da ênclise em orações negativas (‘**neg-V-cl**’), a ordem da próclise com adjacência entre pronome e verbo nas orações negativas (‘**neg-cl-V**’) é agramatical, sendo a interpolação da negação a única solução para o clítico pré-verbal (‘**cl-neg-V**’). Já línguas como o

* Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio no doutoramento em que se insere este trabalho de qualificação de área.

Agradeço, também, à professora Dra. Sônia Cyrino (orientadora do trabalho de qualificação) pelas leituras atentas, seu interesse e orientação, também à Dra. Charlotte Galves pelo incentivo nesta empreita. Agradeço ainda às professoras presentes na banca, na ocasião da qualificação em sintaxe: Dr^a Maria Aparecida Torres Moraes e Dr^a Maria Clara Paixão de Sousa pela leitura e parecer deste trabalho. Devo, outrossim, um muito obrigada à minha amiga e parceira Flaviane Romani Fernandes pelas conversas produtivas e a indicação de referências que contribuíram com minha singela exploração da fonologia de certas construções trabalhadas na reflexão que me propus a fazer sobre a sintaxe da negação sentencial em português. Para os deslizes e tropeços, assumo sua autoria.

¹ Doutorado em linguística pela Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Atualmente desenvolve o pós-doutorado pela mesma instituição e pertence ao quadro de professores adjuntos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Email: cristianenamiuti@gmail.com.

Búlgaro, que têm a negação independente da morfologia do verbo e o clítico dependente do verbo, segundo a análise de Rivero (1997), possuem a derivação contrária – agramaticalidade de ‘**neg-V-cl**’ e gramaticalidade de ‘**neg-cl-V**’ sendo, esta última, a única ordem possível nas orações negativas, uma vez que o clítico pronominal em Búlgaro depende da morfologia do verbo e a ele deve estar adjacente.

Nossa argumentação girará em torno de provar a estabilidade do marcador de negação sentencial em toda a história do português *versus* a instabilidade dos pronomes clíticos, isto é, contrariamente ao que acontece com os clíticos pronominais, defendendo a hipótese de que não há mudança relacionada à palavra ‘*não*’ na diacronia do português.

Argumentamos em outros trabalhos (Namiuti 2006, 2008a, 2008b) que as variações encontradas no eixo temporal quanto à sintaxe da negação estão relacionadas com mudanças em outros domínios como:

1) A mudança² no domínio de hospedagem dos clíticos pronominais, associada mais tarde com a mudança do estatuto da posição pré-verbal, em especial, do sujeito pré-verbal³. De acordo com Namiuti (2008a), estas duas mudanças são responsáveis pela variação, nos textos históricos, da ordem dos pronomes clíticos nas sentenças negativas: No português atual ‘**negclV**’ é obrigatória - “*O Pedro não me entregou o dinheiro*” –; esta ordenação superficial sempre foi permitida no português. No entanto, a ordem padrão do português arcaico, ou seja, aquela que mais se atestou no período anterior ao século XVI, foi ‘**C-cl(X)negV**’⁴ - “*e certo que se lhe ElRei não mandára sucessor*” (COUTO, 1548).⁵ Já no período “mediador” entre o português arcaico e o português atual, designado aqui de português médio, encontram-se atestados nos textos desta época (finais do século XV aos limites do século XVIII) as seguintes ordenações: ‘**(C)-(X)-clnegV**’ - “*que até o Prior dos Agostinhos , seu Confessor , o não pôde sofrer*” / “*E , pelo ElRei Dom João o III querer casar, e êle não querer, lhe não deram satisfação de seus serviços..*” (COUTO, 1548) – além de alguns vestígios do padrão com interpolação generalizada nos textos, principalmente do primeiro século desta era.

2) Quanto ao uso das palavras negativas (indefinidos negativos) e sua associação com o marcador de negação ‘**não**’ – nos romances antigos, os indefinidos negativos coocorriam com o

2 Esta proposta sobre a variação na colocação pronominal átona, simplesmente mencionada aqui, foi trabalhada tese de doutorado (NAMIUTI, 2008a). A referida proposta de análise articula as mudanças encontradas nos contextos e no domínio de hospedagem do clítico nas configurações de não adjacência absoluta com o verbo (o fenômeno da interpolação) com as duas grandes mudanças relacionadas ao comportamento sintático do pronomes clíticos: 1) a perda da ênclise V2 e do fenômeno da interpolação, característicos do português arcaico, para dar lugar a uma sintaxe em que há predominância da próclise em orações raízes ‘neutras’ e a interpolação somente da negação, também em orações raízes ‘neutras’, esta seria a gramática do português denominado *médio* por Galves (2004), Paixão de Sousa (2004) e Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006); 2) a perda da próclise e da interpolação da negação em orações raízes neutras para dar lugar à ênclise e à ordem ‘negclV’ obrigatória nestes ambientes, ordens que caracterizam o português europeu moderno. Sobre a colocação pronominal átona na história do português gostaríamos de citar os principais trabalhos considerados aqui: Matos e Silva (1989), Martins (1994), Ribeiro (1995), Torres Moraes (1995), Parcero 1999, Fiéis 2000, Galves 1992,1996, 2001, Paixão de Sousa 2004, e Namiuti 2004 e em curso (fapesp: 04/01557-0).

3 Ver Galves (2002), Paixão de Sousa (2004) e Galves & Paixão de Sousa (2005).

4 Parênteses indicam a opcionalidade.

5 Dados de Namiuti (2008*) - Corpus Tycho Brahe: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus>

marcador de negação: “*que nenh~uu nõ scapou*” (exemplo 60, deste artigo), e ainda podiam ocorrer em contextos não negativos: “*E por decreto publico foi defeso que ninguém navegasse*” (exemplo 61, deste artigo), significando: [*..foi proibido que alguém navegasse*]. A variação histórica encontrada se deve a uma mudança nos valores dos traços dos indefinidos negativos que passaram de subespecificados para a negação à inerentemente negativos (cf. MARTINS, 2000).

Nossa proposta sobre a diferença entre o comportamento dos distintos clíticos verbais contrapõe a natureza nuclear do marcador de negação ‘*não*’ face à natureza nuclear dos clíticos pronominais – enquanto Neg° é fixo, os clíticos pronominais são núcleos que se movem. E, uma vez que a negação se constrói funcionalmente em português e não lexicalmente (cf. MIOTO 1992), a necessidade da presença do operador de negação ‘*não*’ coocorrer com o indefinido negativo pré-verbal para derivar o sentido negativo no português antigo é uma forte evidência de que o ‘*não*’ é a realização do núcleo desta categoria funcional.

Sobre o caráter funcional do operador de negação, outras evidências foram agrupadas em Namiuti (2006), como a capacidade de licenciar a elipse – de acordo com Lobeck (1995), as construções de elipse dependem de uma categoria funcional forte. Também chamamos a atenção para o fato das operações de afirmação, negação e interrogação exibirem um comportamento semelhante em relação a como expressam o seu conteúdo informacional (cf. Valduví, 1992). Este fato foi interpretado por Namiuti (*op. cit.*), no componente sintático, por meio da categoria ΣP , já que estas operações informacionais são fundamentais na derivação dos processos sintáticos como a ordenação dos constituintes na sentença.

Seguimos Martins (1994), para quem ΣP está presente na estrutura da oração entre CP e IP. Porém, este sintagma funcional porta conteúdos que não são necessariamente sintáticos, mas informacionais, comportando-se como um lugar da interface entre sintaxe e informação. Esta categoria foi designada de ΣP por Laka (1990) e instancia a polaridade sentencial de *afirmação* e *negação* (Af/Neg); em seu núcleo estão presentes traços associados com o verbo e com o complementador. A reflexão sobre os domínios oracionais negativos deverá, portanto, abordar questões que vão além da sintaxe, introduzindo desta maneira um diálogo de interfaces.

Assim, em Namiuti (2006), engatilhamos uma discussão eclética sobre a natureza do advérbio de negação ‘*não*’ na história do português, trazendo evidências sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas para explicar a inseparabilidade do ‘*não*’ e do verbo nos registros da língua portuguesa de todas as épocas. Seguimos a idéia de Miotto (1992) para o português brasileiro de que o operador de negação ‘*não*’ é um elemento nuclear (X°) clítico ao verbo. Estendemos esta idéia para outras variantes do português (na sincronia e na diacronia) e concluímos, como Miotto,

que deva ser desta propriedade de clítico que resulta o processo de incorporação do ‘não’ ao verbo, explicando o fato de nenhum elemento, a não ser um clítico X^o , poder intervir entre a negação e o verbo em toda a história do português. E concluímos que é a partir da propriedade de núcleo funcional somada ao caráter de clítico negativo que podemos explicar, entre outras coisas, o porquê de a negação, ao contrário dos demais operadores, jamais ter sido um elemento capaz de desencadear a interpolação de outros constituintes do sintagma verbal, mas ter sido o elemento que mais ocorreu interpolado entre o pronome clítico e o verbo. Neste artigo focalizaremos os aspectos sintáticos e informacionais da argumentação.

1.1 Apresentação do problema

Como lembram Galves, Paixão de Sousa e Namiuti (2006:52), os estudos de mudança no quadro gerativo se fundamentam na investigação da variação diacrônica. A variação superficial da ordem é considerada nos estudos de mudança no quadro gerativo como uma abertura para se chegar a hipóteses sobre as gramáticas e sobre as mudanças gramaticais que ocorreram na língua em tempos remotos, uma vez que, na teoria, “a ordem linear dos termos é reveladora da estrutura dos núcleos funcionais da frase abstrata”. “No caso da língua portuguesa, a ordem relativa entre os verbos e os pronomes átonos (ou clíticos) tem sido um locus privilegiado de investigações gramaticais (diacrônicas e sincrônicas).” (Galves, Namiuti, Paixão de Sousa, 2006:52). A colocação dos clíticos pronominais é, portanto, um fator importante e bastante estudado na história da língua portuguesa.

Contudo, os trabalhos que investigam as mudanças dos padrões de colocação de clíticos na história do português não costumam considerar as sentenças negativas um ambiente interessante para se estudar a mudança gramatical que envolve a colocação dos clíticos. Na descrição e análise encontradas na literatura, a palavra ‘não’, assim como os operadores adverbiais e subordinativos, sempre desencadeou a próclise verbal obrigatória. Deste modo, como os advérbios que sempre provocaram a próclise verbal, a negação foi deixada em segundo plano nos estudos da colocação pronominal que envolvem mudança gramatical.

Entretanto, se olharmos atenciosamente para as sentenças negativas, poderemos notar algumas valiosas pistas sobre a história gramatical da língua nos textos portugueses. O marcador de negação sentencial ‘*não*’, apesar de condicionar invariavelmente a próclise verbal obrigatória nos domínios finitos, exibe um comportamento bastante diferente dos demais advérbios que desencadeiam a próclise obrigatória (ex: já, também, ainda, nunca) no sentido de sempre ter estado amalgamado ao verbo.

De acordo com Martins (1994), o fenômeno da interpolação entre o clítico e o verbo, comum no português antigo (doravante PA), só ocorre nos domínios de próclise categórica. Porém, *‘não’*, apesar de sempre ter sido um elemento proclisador, jamais foi capaz de desencadear a interpolação de um constituinte entre o clítico e o verbo como os demais advérbios proclisadores (a ordem *‘neg-cl-X-V’* nunca ocorre). No entanto, a interpolação da negação entre o clítico e o verbo (*‘cl-neg-V’*) no PA era preferida à ordem da próclise na qual o clítico está linearmente adjacente ao verbo (*‘neg-clV’*) em todos os ambientes de próclise categórica. Segundo Martins (1994) e também Namiuti (2008a), diferentemente da interpolação de outros constituintes, a interpolação do *‘não’* entre o clítico e o verbo pode ocorrer em contextos não-categóricos da próclise, em orações não dependentes *‘neutras’* e em infinitivas introduzidas pela preposição *‘em’* por exemplo. No entanto, Namiuti (2008a) chama a atenção para o fato de que a interpolação do *‘não’* nas orações não dependentes *‘neutras’* ocorre exatamente no mesmo período em que a próclise era dominante também neste ambiente.

Um segundo fato que comprova a diferença entre o *‘não’* e os demais advérbios é que nenhum outro elemento, a não ser um clítico, pode se colocar entre a negação e o verbo. Como atestam Muidine (2000) e Martins (2002), *‘não’* não influencia a colocação dos pronomes fracos *‘hy’* e *‘en’* (de). Apesar de estes pronomes terem colocação pré-verbal nas orações raízes introduzidas por advérbios proclisadores, nunca ocorreram entre a negação e o verbo. Esta estável inseparabilidade do *‘não’* e do *‘verbo’* em toda a história do português é no mínimo curiosa e aguça a desconfiança de que o estatuto gramatical da negação não tenha sempre sido o mesmo.

As soluções para dar conta da particular sintaxe dos clíticos nos domínios negativos giram em torno de se postular duas entradas lexicais **diacrônicas** para NEG, uma clítica (a mais antiga) e a outra, não (inovadora em relação à antiga). De acordo com Martins (1994), estas duas formas teriam convivido no português em uma prolongada diglossia (desde o século 13), o português europeu moderno (doravante PE) teria a segunda forma enquanto que a primeira teria desaparecido da língua atual uma vez que a ordem *‘clnegV’* é agramatical no PE padrão.

A hipótese que Martins (1994; 1997) configura é que as gramáticas que admitem a interpolação da negação entre o pronome clítico e o verbo exibem um padrão clítico para *“neg”* (uma forma fraca da negação - *‘morfema projetado do léxico’* associado ao verbo), já as gramáticas que não admitem a interpolação de *“não”* tem a negação como um núcleo independente (gerado em Σ -Neg^o) e a próclise é sempre derivada. Porém, sendo a interpolação de neg quase categórica nos textos mais antigos, Martins conclui que a gramática em que o *‘não’* é um morfema verbal é a mais

antiga. A gramática inovadora terá resultado da reanálise do morfema ‘não’ como núcleo lexical de Σ -Neg^o.⁶

Veremos aqui, numa rápida comparação dos paradigmas do Servo Croata e do Búlgaro (dados de Rivero 1997), que línguas como o Servo Croata, que têm um clítico sensível à primeira posição da frase, mas que pode ocorrer linearmente não adjacente ao verbo e ainda possuem a negação clítica ao verbo, além de produzirem a ordem ‘neg-V-cl’, a ordem ‘neg-cl-V’ é agramatical, sendo a interpolação da negação a única solução para o clítico pré-verbal (‘cl-neg-V’). Já línguas como o Búlgaro, que têm a negação independente da morfologia do verbo e o clítico dependente do verbo, segundo a análise de Rivero, possuem a derivação contrária – agramaticalidade de ‘neg-V-cl’ e gramaticalidade de ‘neg-cl-V’ sendo, esta última, a única ordem possível nas orações negativas, uma vez que o clítico pronominal em Búlgaro depende da morfologia do verbo e a ele deve estar adjacente. E, portanto, as análises que prevêm a competição de duas entradas lexicais para derivar a variação das ordens ‘cl-(X)-neg-V’ ~ ‘(X)-neg-cl-V’ nos textos portugueses podem correr o risco de prever possibilidades de ordenação jamais atestadas na história da escrita portuguesa (como ‘neg-V-cl’ com *neg* clítico e *cl* independente da morfologia do verbo, ‘neg-X-cl-V’ com *neg* independente da morfologia do verbo, ou ainda ‘neg-cl-X-V’ com *neg* e *cl* independentes da morfologia do verbo), e também à agramaticalidade da ordem ‘*neg-cl-V’ quando temos um *neg* clítico e um *cl* independente, porém, esta é atestada em todas as fases do português.

Uma vez que os textos históricos atestam a inseparabilidade de *neg* e *verbo* evidenciada pela inexistência absoluta de interventores diferentes do pronome clítico entre *neg-V* (‘*neg-(cl)-X-V’), nossa proposta será derivar as variações nas ordenações conflitantes ‘cl-neg-V’ vs ‘neg-cl-V’, encontradas nos textos portugueses em todas as fases, de duas constantes. A primeira, responsável pela variação dentro dos textos, é o fato de tanto o pronome quanto a negação sempre terem sido verdadeiros clíticos no sentido de serem elementos dependentes e nucleares (X^o). Várias propriedades vão enquadrá-los nesta categoria nuclear, como vimos em Namiuti (2006, 2008a e 2008b). Então a variação ‘clnegV’ ~ ‘negclV’ é possível por ‘neg’ e ‘cl’ serem X^o. A segunda, responsável pela variação histórica encontrada nos textos, é que ao contrário da negação que é um clítico fixo, pois sempre ocupou a *mesma* posição na estrutura, os pronomes clíticos se movem e são mais influenciados pelas informações morfofonológicas/prosódicas. A hipótese que se configura é que estes pronomes podiam, sob certas condições, se mover para um núcleo mais alto do que aquele que hospeda a negação na estrutura da oração, o que derivaria a ordem ‘Comp-cl-X-neg-V’ no PA. (cf. NAMIUTI, 2008a)

⁶ Para mais detalhes remeto à: Namiuti (2006, 2008a, 2008b, 2009).

Martins (1994) considera que o núcleo em questão na colocação dos clíticos no PA é o núcleo de uma categoria sintática proposta por Laka (1990) – ΣP – e reinterpretada pela autora. Σ° parece ter conteúdos que não são necessariamente sintáticos, mas também informacionais. Pois, da maneira como propõe Martins, Σ° participa diretamente das operações que derivam à asserção das sentenças nos domínios informacionais da afirmação, negação, ênfase, interrogação e focalização. Sendo assim, Σ pode ser interpretado como a categoria que representa, codifica ou interpreta o conteúdo informacional responsável por ditar qual a estrutura sintática adequada para aquele conteúdo. Se assim for, poderemos dar conta de um fator extra: segundo as observações de Valduví (1992) sobre a semântica do assunto, os operadores proposicionais como a negação, a afirmação e a interrogação que exibem um padrão de resposta sim/não (yes/no operators) comportam-se da mesma maneira – estão ligados ao foco informacional e dependem da elocução para a atribuição do seu escopo.

Desta maneira, na tentativa de explicar os fenômenos que envolvem a negação sentencial e buscar explicações para as mudanças ocorridas na sintaxe do português, reunimos, em Namiuti (2006), várias reflexões sobre a negação sentencial somando algumas considerações semânticas e informacionais, e propusemos um novo olhar para a sintaxe da negação na história da língua portuguesa que nos permitiu encontrar novas pistas, as quais somadas à luz do conhecimento gramatical trazida dos estudos gerativos podem revelar o estatuto nuclear invariável de ‘não’ na diacronia do português.

Contudo, para continuarmos a reflexão a que nos propusemos apresentar nesse artigo, devemos primeiramente conhecer um pouco sobre o que se sabe da sintaxe histórica do português, as mudanças na ordem dos constituintes e, sobretudo, as leis que regem a colocação dos pronomes dativos, acusativos e ‘se’, bem como qual natureza clítica possuem estes elementos nas diferentes fases da língua. Assim, a seção 2 destina-se à comparação de diferentes tipologias. Em seguida, na seção 3, resumiremos alguma das reflexões teóricas sobre a negação no português e faremos uma nova reflexão, trazendo pensamentos que vão um pouco além da sintaxe para, finalmente, concluirmos o trabalho.

2. As diferenças na colocação pronominal nos domínios afirmativos e negativos: fatos empíricos

2.1 Os pronomes acusativos, dativos e ‘se’

No português e espanhol dos séculos XIII a XVII, em orações principais afirmativas não introduzidas por operadores proclisadores⁷, os clíticos podem ocorrer quer em posição pré-verbal, quer em posição pós-verbal. Esta variação acontece quando o verbo não está em posição inicial e é precedido ou do sujeito, ou de um sintagma preposicional, ou de um sintagma adverbial ou ainda da conjunção copulativa ‘e’, como atestam diversos trabalhos⁸. Em todos os casos o clítico apresenta-se necessariamente adjacente ao verbo, sendo a ênclise majoritária no século XIII e XIV e a próclise predominante nos séculos XVI e XVII.

- (01) “O espírito é como vento, com o mesmo com que uns vão para cima, vão outros para baixo; eu acho-**me** bem em caminhos chãos, ainda que me seja preciso vadear serras e meter debaixo dos pés os montes (CTB: Chagas, 1631)” (cf. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006:09).⁹
- (02) “Ele **me** disse que pasmava como lhe abastava o que tinha (CTB: Sousa, 1554)” (cf. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006:09).

Em orações subordinadas, finitas e em orações principais introduzidas por operadores proclisadores (certos advérbios, quantificadores e sintagmas focalizados¹⁰), os clíticos são sempre pré-verbais no português e espanhol dos séculos XIII a XVI. No entanto, também nestas configurações a posição do clítico apresenta-se variável nos textos. Neste caso, há variação entre a adjacência *clítico-verbo* e a interpolação. Idênticos constituintes frásicos podem ocorrer ora à esquerda da seqüência *clítico-verbo*, ora interpolados entre o clítico e o verbo.

- (03) “como **se** *nesta carta* contem (NO, 1538.)” (Martins, 2002:17)
- (04) “como *nesta carta* **se** contem (Lx, 1532.)” (Martins, 2002:17)

De acordo com Martins (1994), os contextos em que a interpolação era possível no PA eram os de próclise categórica. No entanto, a negação, apesar de sempre ter condicionado a próclise verbal, jamais foi capaz de sustentar a interpolação de outros constituintes. Ou seja, a ordem “neg-clítico-x-verbo” nunca foi atestada; a posição dos clíticos em orações principais negativas sem a presença de outro operador é sempre pré-verbal e necessariamente adjacente ao verbo desde o PA: “...o advérbio de negação *não*, embora desencadeie próclise, não se encontra entre os elementos capazes de criar um contexto de potencial interpolação” (Martins, 1994:190).

7 Remeto a Raposo (1994), e em muitos outros trabalhos. Raposo denomina certos advérbios, palavras interrogativas, alguns quantificadores e partículas de foco (só, até...) de *operadores afectivos*, estes elementos são ‘atratores’ do clítico, e por isto condicionam a próclise quando estão em posição pré-verbal.

8 Entre outros trabalhos sobre a colocação de clíticos na história do português, cito aqui algumas referências importantes sobre a variação próclise e ênclise: Galves (2001), Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), Paixão de Sousa (2004), Martins (1994, 2002), Ribeiro (1995).

9 Os exemplos terão destaques em **negrito** (para os clíticos) e *italico* (para outro constituinte que quisermos destacar na oração). Quanto às informações sobre o dado temos: 1) a citação do estudo onde foi utilizado o dado, esta é a última referência após o dado; 2) quando é possível, indicamos logo após o dado (antes da citação do trabalho onde o dado foi utilizado) a origem e a data em que foi atestado o dado ou o autor e sua data de nascimento, a depender do corpus – os dados do Corpus Tycho Brahe (CTB) possuem indicações sobre o autor e sua data de nascimento, já o corpus de documentos notariais possui informações sobre a região e a data em que o dado foi escrito.

10 Ver Galves Britto e Paixão de Sousa (2005) para um paradigma completo.

Neste sentido, ‘não’ é diferente dos demais advérbios proclisadores, pois estes podiam condicionar a interpolação de outros constituintes entre o clítico e o verbo. A ordem “advérbio-cl-X-V” era possível no PA, enquanto que “*NEG-cl-X-V” nunca foi atestada.

(05) “E *ja* **me** assi nom enganareis” (cf. Eijk 1989:59 apud Martins, 1994:184).

(06) “*E *nom* **me** assi enganareis”

Desta maneira, concluímos o que já era sabido: a palavra ‘não’ que expressa a negação sentencial sempre ocorreu alinhada à esquerda do verbo com a adjacência quase absoluta. Segundo Martins (2002), somente os pronomes clíticos podem intervir na adjacência entre a negação e o verbo em todas as fases do português.

Um segundo fato que contribui para acentuar esta diferença entre ‘neg’ e os advérbios é que ‘não’, além de não contextualizar a interpolação de outros constituintes, é ele próprio o elemento que mais foi interpolado entre o clítico e o verbo - nos textos mais antigos, a interpolação da negação chega a quase 100% nas orações encaixadas - estreitando ainda mais a relação NEG e V.

(07) “que **me** nom n~e bram (NO, 1268)” (cf. Martins, 1994:162).

Tabela 1: Interpolação de ‘*não*’ (Martins 1994:193)

	Século XIII	Século XIV	Século XV	Século XVI
Interpolação atualizada	16/17 (94,1%)	30/31 (96,8%)	13/14 (90,7%)	18/20 (90%)
Clítico adjacente ao verbo em contextos de potencial interpolação	1/17 (5,9%)	1/31 (3,2%)	1/14 (9,3%)	2/20 (10%)

Nenhum outro elemento, mesmo outros advérbios ou o sujeito, foi tão categoricamente interpolado no PA, fato que pode nos levar a dizer que a ordem padrão nas sentenças encaixadas era “cl-neg-v” no período mais remoto de que se tem notícia. Todavia, a variação ‘cl-neg-V’ ~ ‘neg-cl-V’ parece sempre ter ocorrido nos textos e para desvendarmos o caráter de ‘não’ temos que entender esta variação e a mudança para uma única possibilidade de ordenação hoje – ‘neg-cl-V’.

Segundo Martins (1994), Fiéis (2000), Parcero (1999) e também Namiuti (2008a), a interpolação de constituintes foi um fenômeno bastante produtivo no PA, mas que já é obsoleto na língua no século XVII. Entretanto, a negação continua a ser interpolada para muito além do século XVII – até o início do século XX em Portugal. Porém, para Martins (1994), a possibilidade de

interpolação de ‘não’ quando mais nenhum outro elemento ocorre interpolado não é indício de uma nova sintaxe da interpolação, mas sim de uma sintaxe peculiar da negação.

Outros fatos corroboram, de certa forma, a hipótese de que a interpolação da negação tardia em português não tem a ver com a sintaxe da interpolação, que prevê a subida do clítico pronominal para um núcleo mais alto, mas sim com o caráter clítico de ‘não’. Quanto à colocação dos pronomes clíticos, o fato mais saliente, apontado por Namiuti (2004 e em curso), é que exatamente no momento em que se perde a possibilidade de interpolação dos diversos elementos do sintagma verbal surgem novos contextos em que a negação passa a ser interpolada. Considerando os dados de Martins (1994), aparecem casos de “clnegV” em orações não dependentes neutras nos textos do final do século 15.

- (08) “e durante ho tempo das ditas tres vidas **lho** *nom* possam tolher (NO, 1496)” (cf Martins, 1994:189)
- (09) “Essa é muito larga (disse o Prior) e são passadas muitas horas da noite ; e eu **me não** escusara com elas se não imaginara que tôdas as verdades , que caiem sôbre êste sujeito , hão-de parecer murmuração . (CTB: Lobo-1579)” (cf. Namiuti 2008a:144)
- (010) “Ao outro dia pôs em execução êste pensamento , e , deixando para seu tempo o sucesso que teve , os da conversação **o não** souberam todo aquêlê dia ; e , quando veio a noite , que o acharam menos , houve quem desse novas de como o encontrara naquela emprêsa ; e com esta ocasião começaram a prática , e disse o Doutor : - Sempre ouvi que os cuidados de amor em peitos generosos saiem com seus extremos ao longe , e que então se forçam quando os outros sujeitos desconfiam. (CTB: Lobo-1579)” (cf. Namiuti 2008a:144)
- (011) “E , como cá dizemos que quem o Demo toma uma vez , sempre lhe fica um geito , eu **o não** perdi nem por haver perdido tudo quanto tinha e quanto podia esperar . (CTB: Melo-1608)” (cf. Namiuti 2008a:145)
- (012) “Meu desejo **se não** estende a mais que a alcançar me mudem de prisão a prisão , e não dela para a liberdade. (Melo-1608)” (cf. Namiuti 2008a:145)
- (013) “João de Guimarães **se não** carteia com esta embaixada há muitos correios, (...) (CTB: Vieira_cartas – 1608)” (cf. Namiuti 2008a:144)
- (014) “E , chegando a alguma que com menos apêrto faça sua relação , **me não** pareceu enjeitar a que Marcelo escreveu ao Senado Romano , dando-lhe novas da derrota de Fúlvio , que dizia : Bem sei que a nova , que vos mando , é de sentimento. (CTB: Lobo-1579)” (cf. Namiuti 2008a:147)
- (015) “Que havia de ser de Agostinho , de quem se rezava nas escolas catholicas : A logica Augustini libera nos Domine ; se amollecido com as lagrimas de sua mãe , ella (como um lyrio que se gera das lagrimas de outro) **o não** tornara a gerar ? (CTB: Vieira-Sermões-1608)” (cf. Namiuti 2008a:147)
- (016) “Às vezes a quero negar e os companheiros **me não** deixam. (CTB: Chagas-1631)” (cf. Namiuti 2008a:159)

O surgimento deste novo padrão – a interpolação da negação em contextos não-dependentes neutros – é um dos fatores tomados como indicadores de uma inflexão na sintaxe dos clíticos ao redor dos 1400 por Namiuti (2008a) e também por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006).

Um segundo fator é a interferência na contiguidade entre o clítico e o operador subordinativo (que chamamos de C) nas sentenças dependentes negativas com um pronome clítico e um elemento frontado ou interpolado: ‘C-cl-X-negV’ vs ‘C-X-cl-negV’. Deste segundo fator, Namiuti constatou

que a possibilidade da ordem ‘C-X-cl-neg-V’ nas sentenças negativas torna-se presente justamente no século XV, quando os primeiros casos de interpolação da negação em orações não dependentes neutras são encontrados nos textos. Estes dois fatos somados com a perda da interpolação dos constituintes diferentes da negação nesta mesma fase sugerem que se trata de indícios de uma nova gramática nos textos, como argumentam Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006).

2.2 Os pronomes fracos *hy* e *en(de)*¹¹.

De acordo com a descrição da colocação dos pronomes ‘*hy*’ e ‘*en(de)*’ de Muidine (2000) e Martins (2002), estes não podem ser enquadrados na categoria de pronomes fortes, uma vez que não podem introduzir novos referentes, tão pouco admitem coordenação. Como mostra Muidine (2000), os referidos pronomes são necessariamente presos a um antecedente discursivo e, ainda que se mantenha constante o contexto discursivo, os pronomes *ende* e *hy* dão lugar a pronomes fortes antecidos de preposição sempre que existe coordenação entre dois elementos verbais oblíquos:

(017) “E uos |a|yades a dyta ujnha (...) e que ffacadess y Algo pêra uoss e pera noss (Lx, 1294)” (Martins 2002:04)

(018) “(...) das ditas herdades e quintãa e Casal dela (...) que daqui adeãte façom o ouuesse o dito Mosteiro liureme~te e e~ paz e fezesse **ende** o que lhj aprouesses sem e~bargo seu ne~hu~u (NO, 1339)” (Martins 2002:04)

(019) “(...) nas sobredictas Casas cõ seu quintãal (...) e façã **dellas he em ellas** o que quiser come de ssua coussa propia (NO, 1397)” (Martins 2002:04)

Fica assim estabelecido que estes **não** são pronomes fortes. Martins (2002), assim como Muidine (2000), compara a distribuição de *hy* e *ende* por um lado, e dos pronomes acusativos, dativos e ‘*se*’ por outro, a fim de determinar se pertencem a uma mesma classe tipológica ou a classes diferentes¹². E conclui que os pronomes oblíquos *hy* e *ende* não partilham das mesmas propriedades dos pronomes *acusativos*, *dativos* e ‘*se*’, pois, ao contrário destes últimos, podem variar sua posição nas orações dependentes e negativas tal como os pronomes fortes. Em orações subordinadas *hy* e *ende* podem ter colocação pré-verbal ou pós-verbal.

(020) “Das quaes coussas o dito (...) Martim dominguiz queixada pediu a mj~que **lhy** desse **ende** hu~u testemoyo (Lx, 1294)” (Martins 2002:04)

¹¹ Existe um leque de variação gráfica destes pronomes nos textos portugueses. ‘*hy*’ pode vir grafado como *i*, *hi*, *hj*, *hji*; ‘*ende*’ varia graficamente com *en*, *emde*, *inde*... Para evitar confusões abstraímos as variações gráficas e tratamos os referidos pronomes apenas *hy* e *en(de)*.

¹² Segundo Muidine, os pronomes ‘*hy*’ e ‘*en(de)*’ só podem ter colocação pré-verbal diante de um operador (condicionadores de próclise obrigatória) pré-verbal, ou seja contextos em que se atesta categoricamente a próclise dos pronomes *acusativos*, *dativos* e ‘*se*’ (verdadeiros clíticos). No entanto a colocação de *hy* e *ende* não é equivalente à dos clíticos pois podem ocorrer em posição pós-verbal nos domínios subordinados finitos afirmativos: “Nas orações subordinadas finitas afirmativas, os pronomes *i* e *en(de)* não tem a mesma distribuição sintática que os clíticos *acusativos* e *dativos*, visto que tanto podem encontrar-se em posição pré-verbal, aproximando-se destes, como podem encontrar-se em posição pós-verbal, em contraste com o comportamento dos clíticos *acusativos* e *dativos*” (Muidine, 2000:56)

(021)“E ffaço o Abade dõ me~e~do testamenteyro desta mj~a mãda que page mj~a mãda e Todas mj~as diuidas per Todo meu Auer quanto **mj ende** Achar tâbe~ pelo mouil como pela Rayz (NO, 1275)” (Martins 2002:05)

Este traço comum entre os referidos pronomes oblíquos e os pronomes fortes decorre, segundo Martins, da natureza de projeções máximas (XPs) de uns e outros e está de acordo com a classificação de *hy* e *ende* como pronomes fracos (e não clíticos). Todavia, nas orações não dependentes os pronomes *hy* e *ende* geralmente têm colocação pós-verbal no PA, mas, como os pronomes acusativos, dativos e ‘se’, podem ocorrer em posição pré-verbal nas orações introduzidas por advérbios como ‘logo’:

(022)“..., E logo **hy** pareço Rodrige aluarez pescador morador na dicta cidade (Lx, 1483, p536)” (Muidine, 2000:28)

Já nos domínios negativos, contrariamente aos demais advérbios, ‘não’ não influencia a colocação dos pronomes fracos “hy” e “en(de)”.

Como atesta Muidine (2000), diferentemente do que acontece com os clíticos, a negação não influencia a colocação dos pronomes “hy” e “en(de)”; estes nunca podem ocorrer entre a negação e o verbo, ou seguem o complexo ‘neg-V’ ou o precedem. Tais pronomes têm colocação pós-verbal nas orações não dependentes “neutras” negativas – ‘neg-V-**hy|ende**’. Nos contextos de próclise obrigatória (orações subordinadas ou matrizes introduzidas por operador proclisador), o ‘não’ se encontra sempre adjacente ao verbo, o pronome fraco ou precede o complexo ‘neg-V’ – ‘**hy|ende-neg-V**’ – ou o segue – ‘neg-V-**hy|en(de)**’. Vejamos alguns exemplos do paradigma da colocação de ‘hy’ e ‘ende’ nos domínios negativos, repetidos de Muidine (2000):

(023)“... n~e fizerõ **ende** n~uqa áá Séé do portu treuudo nh~enhúúm” (NO, 1285, p.43)

(024)“...e por dizimas que **hy nõ** pagei compridamente como deura. ...” (NO 1317, p.179)

(025)“Que n~eh~uu cavalejro n~e outro hom~e nõ aia maladia en coutos dos Moesteiros n~e das Ejgreias. se **hi nõ** ouerem Quintáá ou herdade dauo~ega (NO, séc. XII-XIV, p. 156)

(026)“E dem e pagem de fforo E penssom da dicta vinha E da dicta cassa E do dicto oliuall sseçentos E quarenta Reaes brancos E quatro galinhas Em cada h~uu ano ssaluo deste primeiro ano que nõm pagarom mais de duz~etos Reaes E h~uu par de galinhas porquanto **hji nõ** há noujdade no dicto oliuall ffazendo lhe pagam~eto de todo (Lx, 1466, p.517)

(027)“(...) en represas (...) e deziã por sy e por o Conu~ento a esse Juiz que nõ desse **hj** sentença que contra eles fosse n~e sobre o sseu herdamento ca n~uca esta demãda fforõ n~e seu procurador e cousa que hj fosse feyta ou procurada que lhis nõ enpeeçesse ca ó contradizia moy b~e (NO, 1310, p.170)”

Deste modo, a negação não influencia a posição dos pronomes deficientes ‘hy’ e ‘ende’. O fato de estes pronomes fracos jamais intervirem entre a negação e o verbo (*...neg-**hy|ende-V**) corrobora fortemente a hipótese de ‘não’ ser uma espécie de clítico verbal. Segundo Martins

(2002:05), “é conhecida e bem sustentada a generalização de que nas línguas românicas só elementos de natureza clítica (X°) podem ocorrer entre o marcador de negação predicativa (pré-verbal) e o verbo”.

Para entendermos mais a natureza das relações entre os clíticos pronominais e a negação, abriremos um parêntese importante para apresentar uma rápida tipologia dos pronomes, uma vez que a análise sobre a negação também dependerá de certa forma desta tipologia, pois a argumentação exalta o comportamento peculiar dos pronomes deficientes (os clíticos, por um lado, e ‘hy’ e ‘ende’, por outro) nas sentenças negativas nas diferentes fases do português.

2.3 Uma rápida tipologia dos pronomes

Cardinaletti & Roberts (1991) argumentam que as línguas românicas antigas, assim como algumas línguas germânicas modernas (ex. o Alemão, o Hôlandes, o Islandês), tinham o pronome objeto clítico na segunda posição estrutural da sentença. Este tipo de pronome clítico ficou conhecido na literatura como *clítico 2* (CL2) e seu estatuto sintagmático seria de XP ¹³. Ribeiro (1995), seguindo a análise de Cardinaletti e Roberts, procura captar o fato de que o sistema linguístico para a colocação de clíticos no português arcaico tolera elementos clíticos que ocorrem em uma posição claramente independente da morfologia verbal e assume as conclusões dos autores de que uma língua que observa restrições à primeira posição (efeito da lei de Tobler-Mussafia¹⁴) tem uma posição independente para clíticos, a posição-Wackernagel¹⁵. A autora argumenta que além das propriedades de CL2 como o fenômeno da interpolação, o PA tinha também algumas características de língua V2, a ordem VS, por exemplo, perdidas nas fases mais tardias/modernas desta língua.

As línguas como o PA que, segundo Cardinaletti e Roberts (1991) e Ribeiro (1995), exibiam um padrão V2 e CL2 tinham o verbo e o clítico competindo pela segunda posição. Esta seria a razão pela qual nestas línguas o fenômeno da interpolação é mais restrito e a vizinhança entre o clítico e o verbo é mais estreita. Esta vizinhança estreita entre o clítico e o verbo seria o ponto de partida para a reanálise CL2 – clítico verbal ($XP - X^{\circ}$), alterando assim a natureza tipológica do clítico e a sua colocação na frase.

Já para Martins (2002), em toda a história do português e do espanhol os pronomes clíticos são verdadeiros clíticos verbais, ou seja, projeções mínimas (X°). A razão pela qual Martins decide

¹³ Seguindo a teoria da gramática gerativa que divide os elementos de uma língua em categorias sintagmáticas e categorias nucleares, análises como as de Cardinaletti e Roberts (1991), Ribeiro (1995), Riveiro (1994-1997), e Fontana (1996), os pronomes tônicos, assim como os sintagmas nominais, pertencem à categoria sintagmática, ou seja, representam um XP ; já os pronomes clíticos (átonos) podem representar um XP no caso dos clíticos apenas fonológicos, ou um núcleo X° no caso de clíticos sintáticos que se afixam ao verbo na sintaxe.

¹⁴ No século XIX dois estudiosos, Tobler e Mussafia, observaram que os clíticos pronominais de algumas línguas românicas jamais apareciam em primeira posição. Desde então, a restrição do clítico à primeira posição ficou conhecida como “lei de Tobler&Mussafia”.

¹⁵ Wackernagel, filologista do século XIX, foi o primeiro a descrever em detalhes o fenômeno do clítico em segunda posição das línguas Indo-europeias. As línguas que exibem esta 2a. posição especial para clíticos são conhecidas na literatura como seguidoras da lei de Wackernagel.

rejeitar as hipóteses do PA como língua V2 e CL2 consiste no fato de haver uma diferença notória, no plano empírico, entre as línguas que tipicamente exibem CL2 e línguas como o português e o espanhol. Nas primeiras, os clíticos ocorrem na segunda posição linear, independentemente do tipo de constituinte frásico que os precede e da posição do verbo na frase. No português e espanhol antigos, segundo Martins, manifesta-se uma acentuada dependência entre o clítico e o verbo, os quais só de forma bem restrita e em contextos particulares podem ocorrer não adjacentes.

Martins argumenta mais em favor da sua proposta da natureza nuclear dos pronomes complementos acusativos, dativos e “se” no português e espanhol antigos, apontando o fato de que nestas línguas os pronomes oblíquos “en(de)” e “hi” comportarem-se de maneira diferente dos pronomes acusativos, dativos e “se”, apesar de serem todos pronomes deficientes (na terminologia de Cardinaletti e Starke, 1999).

Segundo Cardinaletti e Starke (1999), a clássica divisão bipartida das classes pronominais que apenas opunha pronomes tônicos (fortes) de pronomes átonos (clíticos) não dá conta de descrever o comportamento e as propriedades dos pronomes nas línguas, pois existem pronomes que apesar de se comportarem como sintagmas (DPs ou NPs), como os pronomes tônicos (fortes), também exibem propriedades de clíticos, como por exemplo, o pronome italiano *esse* (3ª pessoa nominativo feminino), que mesmo com traço de + humano não pode aparecer em construção de coordenação como o pronome *loro* (também 3ª pessoa nominativo feminino), por exemplo:

(028) *Esse* (*e aquele accanto) sono troppo alte.

(029) *Loro* (e aquele accanto) sono troppo alte.

Em contrapartida, ‘esse’ não pode ser um clítico, pois não é prosodicamente dependente. Portanto, os autores concluem que deve haver uma terceira classe de pronomes a qual chamaram “pronomes fracos”.

Quanto às distintas propriedades semânticas, sintáticas e prosódicas das três formas pronominais (o pronome forte, o pronome fraco e o clítico), Cardinaletti e Starke (1999) propõem que decorrem de: a) a natureza estruturalmente deficiente dos pronomes fracos e clíticos face aos pronomes fortes e tônicos – estando em causa o nível sublexical da estrutura sintática; b) o fato dos pronomes clíticos serem núcleos (X^0), enquanto as restantes formas pronominais são projeções máximas; c) os clíticos, por oposição às restantes formas pronominais, carecerem de acento de palavra, sendo, portanto, prosodicamente dependentes.

Do caráter estruturalmente deficiente dos pronomes fracos e clíticos decorrem ainda três tipos de limitação que os afetam: não podem introduzir novos referentes; não podem ser coordenados, não podem ser modificados.

Martins argumenta que tanto os pronomes dativos, acusativos e “se” do PA quanto os pronomes “i” e “en(de)” apresentam as seguintes propriedades comprovando sua natureza deficiente:

1. Em orações subordinadas os pronomes acusativos, dativos, e 'se' como clíticos nucleares sempre ocorrem proclíticos ao verbo enquanto "en(de)" e "i" variam sua posição. Tal como os pronomes fortes, podem ocorrer quer em posição pré-verbal, quer em posição pós-verbal.

2. Somente os pronomes clíticos X° podem ocorrer entre a negação e o verbo. Os pronomes acusativos, dativos e 'se' sempre puderam ocorrer entre a negação e o verbo em português e espanhol enquanto "en(de)" e "i" não.

3. Verdadeiros clíticos não podem ocorrer afastados do verbo em estrutura com ênclise. É o que se atesta para os pronomes acusativos, dativos e 'se' e não é o que se atesta com "en(de)" e "i":

(030) “... E filaru li illos **inde** VI casales.... (Notícia de Torto, 12-13)” (Castro, 1991:232 apud Martins, 2002:6 ex.: 28).

4. Clíticos X° podem ocorrer em mesóclise. Os pronomes acusativos, dativos e 'se' no português e espanhol antigos podem ocorrer em mesóclise (entre o verbo e seu afixo no futuro do condicional), já "en(de)" e "i" não ocorrem em mesóclises.

5. "en(de)" e "i" não seguem a lei "Tobler-Mussafia" para os clíticos, os outros sim.

6. Quando ocorre mais de um clítico eles se agrupam, o que podemos evidenciar com os pronomes acusativos, dativos e ‘se’, mas não com "en(de)" e "i":

(031) “... - Señor por qué **me lo** non dices?... (Calilae Dimna)” (Rivero, 1991:245. Apud: Martins, 2002:8)

(032) “... e ele **se** maravilhou **ende** muito (Diálogos de São Gregório)” (Teyssier, 1982:173. Apud: Martins, 2002:8))

Desta maneira, Martins conclui que os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ em PA têm o comportamento de um clítico, segundo a terminologia de Cardinaletti e Starke (1999), e representam um núcleo e não um sintagma, e por isso devem se comportar e se mover como núcleos. Entretanto, como vimos na seção 2.1, a interpolação de XPs é derivada no PA e bastante frequente nas orações subordinadas.

Porém, a relação da estrutura sintagmática XP e X° com o comportamento do clítico, relacionado à segunda posição e independente da morfologia verbal no primeiro caso e dependente da morfologia do verbo no segundo, não é necessária e pode ser facilmente dissociada, pois há hipóteses de línguas em que o clítico está ligado a um núcleo mais alto do que as projeções da

morfologia verbal (resumidamente ‘IP’) ¹⁶. Martins (1994), por exemplo, propõe que a colocação dos clíticos nas línguas românicas depende da natureza da categoria funcional Σ , situada na estrutura frásica entre CP e AgrSP: morfologicamente “forte” ou “fraca”; e com ou sem conteúdo lexical. E argumenta em favor desta hipótese mostrando que a ênclise em orações não dependentes, a existência de construções de VP nulo e a opção por certo padrão de resposta afirmativa (mínima) a interrogativas totais (“tens visto o João? Tenho/#Sim”) são fenômenos associados entre si, manifestados apenas nas línguas em que Σ tem traços-V fortes. Segundo a autora, no PE, a existência de traços verbais fortes em Σ condiciona o movimento do verbo para Σ para a verificação de traços. Em algumas instâncias, este movimento se dá antes do “Spell-Out” obtendo assim a ordem verbo-clítico; em outras instâncias, este movimento é adiado até LF (Logical Form) ocasionando a ordem clítico-verbo - o clítico, estando invariavelmente em AgrS.

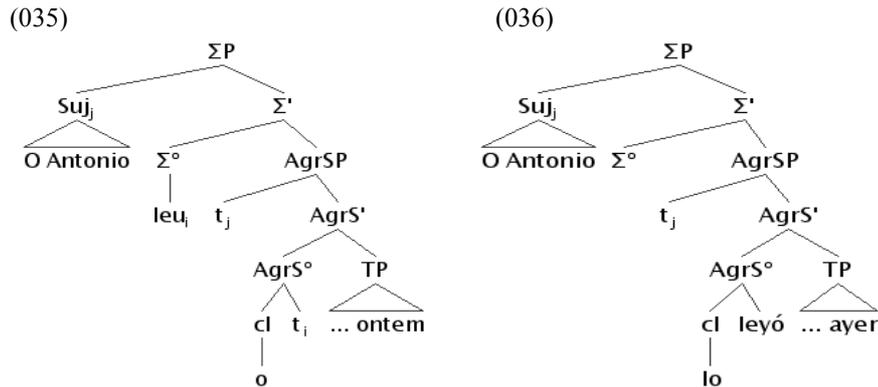
(033) O António Viu-o ontem

(034) [Σ P O Antónioj [Σ ' [Σ viui Σ [AgrSP tj [AgrS' [AgrS o [AgrS ti]]]]]]] (Martins 2002:12)

Martins ainda assume, seguindo Kayne (1991, 1993), que os clíticos são núcleos que se movem de sua posição de base para uma posição de adjunção à esquerda de um núcleo de tipo flexional disponível, não existindo uma posição funcional especial para clíticos. Assume também que TP é a fronteira que separa elementos não específicos de elementos específicos, os clíticos contêm um traço forte de especificidade que precisa ser verificado antes do “Spell-Out”, desencadeando assim o movimento do clítico para fora de TP na sintaxe visível. Um princípio de economia – opção pelo movimento mais curto – determina que os clíticos se adjunjam ao núcleo imediatamente exterior a TP, isto é, a AgrS.

Sendo AgrS a posição à esquerda da qual os clíticos se adjungem, ocorre próclise se o verbo não sobe além de AgrS. Se o verbo se move para Σ a ênclise é consequentemente derivada.

¹⁶ A teoria da gramática gerativa, adotando a representação X', além das projeções lexicais propõe que o ‘dicionário mental’ contém também projeções funcionais. Os núcleos funcionais têm função eminentemente gramatical, a flexão verbal por exemplo constitui uma categoria funcional. A teoria convencionou chamar de IP (sigla vinda do inglês para ‘sintagma flexional’ - inflection phrase) o sintagma da flexão verbal, INFL° ou I° é o núcleo da flexão verbal, ou seja da concordância. As análises dentro da perspectiva atual da teoria optaram por dividir o nóculo da flexão verbal – IP – em tempo e concordância – respectivamente TP (tense phrase) e AgrP (agreement phrase). A relação de dominância entre estas categorias foi bastante discutida (ex: Chomsky 1989, Pollock 1989, Laka 1990, Ouhalla 1990, Iatridou 1990, Belletti 1990, Zanutti 1991, entre muitos outros trabalhos). Não são raras análises que propõem duas projeções de Agr°: uma para o sujeito (AgrSP), outra para o objeto (AgrOP). Além da flexão verbal, outra projeção funcional essencial na teoria é a projeção que traduz a subordinação – CP (complementizer phrase).



O PE e o PA diferem no que diz respeito à necessidade de adjacência ou não entre clítico e verbo nos contextos de próclise categórica. A interpolação de constituintes, produtiva no PA, torna-se obsoleta no PE.

(037) que diga que **lhj eu Alguna cousa diuia** (NO, 1275) (Martins, 1994 : 541)

Martins (1994) propôs, tendo em conta as atuais línguas românicas, que em estruturas com próclise o clítico e o verbo estão ambos incorporados em AgrS. No entanto, nas frases com interpolação no PA não pode ser este o caso, visto que um ou mais elementos que são projeções máximas intervêm entre o clítico e o verbo. Assumindo que o verbo sobe para AgrS (sendo os traços-V de AgrS invariavelmente fortes na história do português), Martins propõe que os clíticos em estruturas com interpolação estão incorporados em Σ . Para a autora, não pode estar incorporado em C, pois existe a possibilidade de ocorrer algum constituinte frásico entre o elemento C e o clítico.

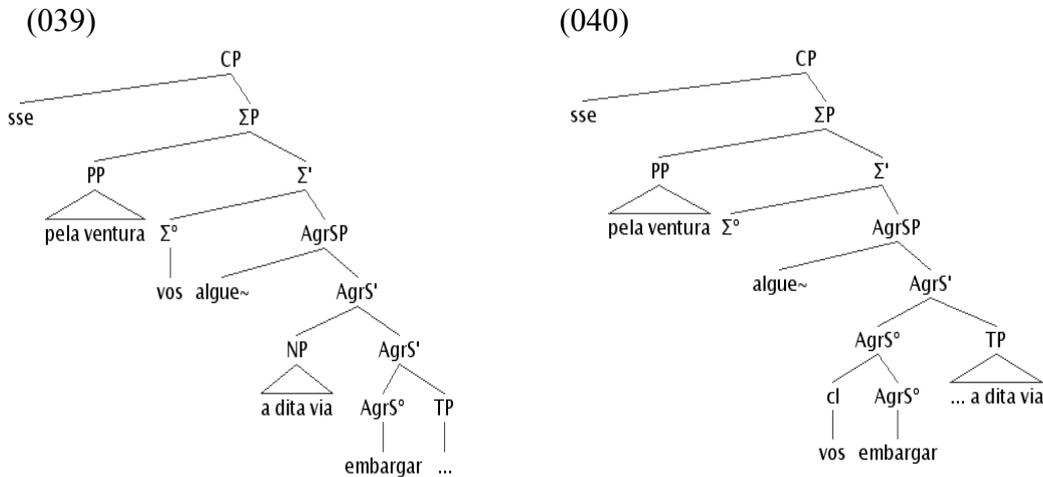
(038) E sse pela u~etujra **uos alg~e a dita v~ya enbargar** (Lx, 1296) (Martins, 1994:542)

O constituinte que intervém entre C° e o clítico pode ser um modificador frásico, um tópico ou um elemento em [Spec, FP]. Além disso, dado que o clítico ocorre sempre à direita de C, admitir que ele estaria incorporado em C iria contra a generalização de Kayne (1993), segundo a qual só há adjunção à esquerda.

Então o português antigo difere do português europeu moderno no fato de o núcleo Σ acolher os clíticos.¹⁷ Todavia, a interpolação é opcional no PA, o que para Martins é uma evidencia de que

¹⁷ A questão a considerar é porque podiam os clíticos mover-se para Σ no PA. De acordo com Martins (1994), os clíticos que se moviam para Σ transportariam, pois um traço de ênfase que precisava ser verificado nesse núcleo (ver Martins 1994:551). Com relação à perda do movimento do 'clítico' para ' Σ ' no português pós-clássico Martins diz o seguinte: "Digamos que o movimento dos clíticos para AgrS é dado pela gramática universal, não precisando pois de ser aprendido (os clíticos tem universalmente um traço forte [+específico] que é verificado em AgrS). O movimento dos clíticos para ' Σ ' pelo contrário estará sujeito a variação paramétrica; para atribuir ao parâmetro um

há duas posições para o clítico, AgrS e Σ . No PE, pelo contrário, o clítico está necessariamente em AgrS. Ou seja, os clíticos podem compartilhar traços com um núcleo hospedeiro diferente de I° (no caso AgrS $^\circ$) e ainda assim ser nuclear.



A argumentação de Martins de que os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ são verdadeiros clíticos (X°) e não pronomes *fracos* (XP), é bastante convincente, pois traz evidências empíricas fortes. Percebemos, no entanto, que a "dependência" entre o clítico e o verbo para Martins é relativa uma vez que, sob certas condições, o pronome clítico pode não estar linearmente adjacente ao verbo, como nos casos com interpolação de XPs no português e espanhol antigos.

Também Rivero (1997) não traz, neste artigo, a questão do estatuto sintagmático dos pronomes oblíquos para explicar as diferenças do seu comportamento nas línguas. Sua argumentação é centralizada no fato de que a gramática universal (GU) deve disponibilizar na estrutura da oração duas projeções funcionais responsáveis pelo direcionamento dos pronomes clíticos: uma posição orientada pelo complementizador (C°), c-orientada, e outra orientada por INFL (I°), i-orientada. A propriedade de ser c-orientado ou i-orientado derivaria as diferenças na sintaxe dos pronomes clíticos. Rivero ainda ressalva a possibilidade de haver línguas mistas; de acordo com a autora, os antigos romances, como o português e o espanhol, tinham um sistema misto para os clíticos. Os clíticos podiam estar relacionados ora com o verbo, ora com o complementizador. Vejamos os seguintes exemplos do espanhol antigo em que temos nas orações subordinadas tanto o clítico adjacente ao verbo quanto o fenômeno da interpolação:

(041) “E si el mejor **lo** faze – dixo el rey -, em qué lo poderemos nos castigar?”

valor positivo a criança deverá dispor de evidência de que a língua com que está confrontada os clíticos são potenciais marcadores de ênfase. O que aconteceu na história do português foi que essa evidência se tornou a certa altura tão frágil que levou a uma fixação negativa do valor do parâmetro” (Martins, 1994:553).

(042) “Seméjame que **vos** tienen en estruchura, si Dios non vos ayuda”

(043) “Si **lo** el rey por bien toviere, mándame queimar”

(044) “E grand derecho sería que me matases..., si **me** de ti non guardase.” (Rivero, 1997:171-172)

Rivero (1997) nota que o uso do sistema c-orientado para os clíticos no espanhol antigo (EA) se restringe às orações subordinadas. Em orações principais, o EA mostra uma preferência ao sistema i-orientado, pois se nota uma grande dependência do clítico em relação ao verbo nas orações raízes, nesse ambiente, na ausência de um operador, a interpolação nunca é registrada. O mesmo comportamento é atestado no PA por Martins (1994).

2.4 A negação sentencial nos diferentes sistemas tipológicos de clíticos: o servo Croata e o Búlgaro

Como vimos, Rivero (1997), dentro da teoria gerativa, argumenta que a gramática universal (GU) disponibiliza na estrutura da oração duas projeções funcionais responsáveis pelo posicionamento dos pronomes clíticos: uma posição orientada pelo complementizador (C°), c-orientada, e outra orientada pelo verbo (I°), i-orientada. Portanto, os clíticos podem ser lexicalmente relacionados (L-relacionados) com o verbo ou relacionados com o complementizador, fato que explica serem os clíticos das línguas i-orientadas dependentes do verbo e integrados a ele, enquanto que os clíticos das línguas c-orientadas não.

O Búlgaro, por exemplo, é uma língua que, segundo a análise de Rivero, tem um sistema i-orientado para os clíticos que obedece às restrições da lei Tobler-Mussafia (doravante T-M), lei que impede que um pronome átono apareça em primeira posição. Em Búlgaro, o clítico está sempre dentro dos domínios de IP, tanto em orações raízes quanto em orações encaixadas, portanto, sempre adjacente ao verbo, ora antecedendo-o (clV) nas orações encaixadas e negativas, ora seguindo-o (#Vcl) nas orações raízes afirmativas V1 (quando o verbo aparece em primeira posição).

(045) a) cêtes **ja**.
Lê -lo
b) ***ja** cêtes.

(Rivero 1994:106)

(046) a) ne **ja** cêtes.
Não **o** lê.
b) *ne cêtes **ja**.

(Rivero 1994:106)

(047) a) Ako toj burzo **go** *napravi*,
Se ele rápido **o** fizer,
b) *Ako **go** toj burzo *napravi*

(Rivero 1997:173)

As sentenças com o clítico inicial são agramaticais em Búlgaro por não satisfazerem às restrições de T-M:

(048) *[IP CL [I Vi] [VP tí]]¹⁸.

As frases com ênclise em Búlgaro indicam, para Rivero, que o verbo move-se para fora de IP (para CP) e se torna o licenciador morfológico para o clítico, uma vez que o IP é agora o domínio interno de CP:

(049) [CP C' [C Vi] [IP CL [I tí] [VP tí]]]

Em Búlgaro, a interpolação de elementos entre o clítico e o verbo não é uma opção gramatical; há dependência absoluta do clítico em relação ao verbo. No entanto, Rivero (1997) argumenta que, em fases mais antigas, o Búlgaro permitia a não adjacência entre o clítico e o verbo. Desta maneira, o Búlgaro teria origem em um sistema c-orientado para os clíticos que, na sua história, foi reanalisado como um sistema i-orientado.

O Servo Croata, por sua vez, ao contrário do Búlgaro, tem um sistema c-orientado para os clíticos. Portanto, com independência morfológica do verbo e com as propriedades Wackernagel (CL2). Segundo Rivero, em Servo Croata, o clítico ocupa sempre a segunda posição na frase independentemente do tipo de oração.

(050)a) citate **je**
 ler<pres, 2p, pl> lo
 “Estão lendo-o”
 b) ***je** citate

(Rivero, 1994:109)

(051)a) ne citate **je**
 ler<pres, 2p, pl> lo
 “não estão lendo-o”
 b) *ne **je** citate

(Rivero, 1994:109)

(052) Ivan kaze, da **nam** Olga nesto *dovikuje*.
 Ivan diz, que nos Olga alguma coisa fala.
 “Ivan diz, que Olga nos fala alguma coisa”.
 (Rivero, 1994:111)

(053) citajte **je!**
 ler<IMP, 2p, pl> lo
 “Lêem-no!”

(Rivero, 1994:109)

¹⁸ Rivero (1997) apresenta uma reinterpretassão sintática da lei fonológica de Tobler & Mussafia.

(054) citate li je?

ler<pres, 2p, pl> Qu lo
 “Estão lendo-o?”

(Rivero, 1994:110)

O pequeno paradigma acima é suficiente para se perceber que, em Servo Croata, a ênclise pode ser atestada em sentenças afirmativas, negativas e interrogativas. Nas subordinadas, atesta-se a adjacência C° e CL. Estes são fatos que comprovam a hipótese de que o clítico no Servo Croata ocupa a segunda posição independente do tipo de oração.

Focalizando os domínios negativos, em Búlgaro o verbo segue o clítico nas orações negativas – ‘neg-cl-V’ – e esta é a *única* ordem gramatical. Segundo Rivero, NEGP toma IP como complemento, propiciando uma configuração que satisfaz os requerimentos morfológicos do clítico:

(055) [NegP Neg [IP CL [I Vi] [VP ti]]]

Tendo o Búlgaro um sistema I-orientado que *obedece às restrições de T-M*, esta configuração, segundo Rivero, indica o caráter independente da negação em relação ao verbo. Já em Servo Croata, pelo contrário, os clíticos ou seguem o complexo neg+verbo (neg-V-cl), ou precedem (cl-neg-V). Tendo o Servo Croata um sistema c-orientado, de acordo com a análise de Rivero, o fato da ordem ‘neg-cl-V’ não ser possível corrobora tanto a hipótese do clítico independente quanto a hipótese de que Neg, nesta língua, está mais estreitamente relacionado com o verbo. Uma vez que as únicas ordens gramaticais em Servo Croata são ‘X-cl-neg-V’ e ‘neg-V-cl’, sendo a ordem ‘neg-cl-V’ agramatical, temos um indício forte de que, em Servo Croata, ‘Neg’ e ‘V’ formam um complexo.

2.5 De volta ao português

Vimos, nas subseções anteriores, o comportamento dos pronomes fracos e clíticos nos domínios afirmativos e negativos. Os dados do português nos confirmam o caráter dependente da negação sentencial em relação à morfologia do verbo, pois nada, a não ser um pronome clítico, pode intervir entre a negação e o verbo.

Considerando que, seguindo a argumentação de Muidine (2000) e Martins (2002), o PA tinha uma classe de pronomes fracos - ‘hy’ e ‘en’ (de) - e que o comportamento destes pronomes nos domínios negativos revela o *caráter clítico* de ‘*não*’(X⁰), uma vez que jamais ocorreram entre a negação e o verbo, concluímos que as ordens encontradas só podem ser derivadas devido ao caráter

nuclear de ‘*não*’ e dos pronomes acusativos e dativos em face ao caráter sintagmático de ‘*hy*’ e ‘*en(de)*’.

Voltando na contramão do assunto, este fato de nem mesmo os pronomes fracos como ‘*hy*’ e ‘*en(de)*’ poderem se colocar entre o ‘*não*’ e o verbo comparado ao fato de os pronomes ‘clíticos’ poderem ocupar esta posição, também sugere fortemente um estatuto nuclear para os pronomes acusativos, dativos e ‘*se*’. É regra conhecida e atestada que não há a possibilidade de intervenção de qualquer XP entre o ‘*não*’ e o verbo. Estes ocorrem sempre amalgamados em português formando um complexo. No entanto, os pronomes objetos e ‘*se*’ sempre puderam ocorrer entre a negação e o verbo, o que só pode ser explicado devido ao seu caráter de clítico nuclear - *verdadeiro clítico*, de acordo com Martins (2002). Portanto, ao concordar com esta visão, não podemos considerar que a interpolação dos constituintes do sintagma verbal entre o pronome e o verbo no PA seja igual, ou da mesma natureza, da interpolação do Servo Croata e de outras línguas germânicas que possuem pronomes objetos que podem ser considerados pronomes fracos (XP) na tipologia tripartida de Cardinaletti e Starke. Se assim fosse, esperaríamos que os pronomes acusativos, dativos e ‘*se*’ se comportassem como os pronomes ‘*hy*’ e ‘*en(de)*’ - não poderiam se interpor entre a negação e o verbo. As ordenações encontradas seriam: ‘*neg-verbo-cl*’ nas orações raízes e ‘*cl-(X)-neg-verbo*’ nas orações dependentes, como no Servo Croata.

Os dados da colocação pronominal nos domínios negativos também revelaram algo bastante intrigante quanto às mudanças na sintaxe dos pronomes clíticos. De acordo com Namiuti (2008a) há dois momentos em que podemos enxergar mudanças na língua de Portugal e dois fenômenos envolvidos no que tradicionalmente chamamos de interpolação. Esses pontos estão bem resumidos em Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006):

De um lado, a interpolação de constituintes generalizados do sintagma verbal é própria das orações dependentes, com contigüidade (C-cl). Esse fenômeno reflete a preferência do clítico por uma posição adjacente à conjunção subordinante, e é característico da gramática arcaica – e não da gramática média. Os poucos casos que se atestam nos textos até o início do século 16 são resquícios da gramática mais antiga, como efeitos da competição de gramáticas.

De outro lado, a interpolação da negação é consequência do caráter clítico da negação em relação ao verbo – e isso se aplica tanto à gramática arcaica, como à gramática média. Seu aparecimento em contextos não-dependentes e a possibilidade da não-contigüidade entre o clítico e o elemento subordinante evidenciam este caráter peculiar da negação. A propriedade clítica da negação é que teria possibilitado que este elemento continuasse a ser interpolado entre o clítico e o verbo, mesmo na gramática do Português Médio (Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006:61).

Tendo em vista todos estes fatos, a seguir (na seção 3) exploraremos algumas das propostas sobre a sintaxe e o estatuto de ‘Neg’ nas línguas, e sua relação com o componente informacional.

3. A negação e o conteúdo informacional: questão de polaridade

Na proposta de Martins, inspirada nas observações de Laka (1990) sobre afirmação (AF) e negação (NEG) enfáticas no inglês e basco, ‘ ΣP ’ está presente não só nas orações afirmativas e negativas enfáticas, mas em todas as orações. A ideia é que assim como uma proposição negativa implica uma operação de modificação por um marcador negativo, uma proposição afirmativa implica igualmente uma operação de modificação; sendo o operador afirmativo frequentemente nulo, mas podendo algumas vezes ter realização lexical.

A hipótese de que AF e NEG são as duas faces de Σ permite, segundo Martins, dar conta da colocação de clíticos nas línguas românicas, da construção de VP nulo e certos padrões de respostas mínimas a interrogativas totais (ex: *Tem visto o João? Sim vs Tenho*).

ΣP , porém, apesar de ser uma categoria sintática e derivar os movimentos da sintaxe, tem conteúdos que não são necessariamente sintáticos, mas também informacionais. Pois, Σ° , da maneira como propõe Martins, participa diretamente das operações que derivam a asserção das sentenças nos domínios informacionais da afirmação, negação, ênfase, interrogação e focalização (segundo a autora, ‘ Σ ’ pode ser instanciado como ‘foco’).

Se assim for, podemos ligar tal categoria às observações de Valduví (1992), que argumenta em favor da hipótese de que operadores proposicionais como a negação, a afirmação e a interrogação que exibe um padrão de resposta sim/não (yes/no operators) comportam-se da mesma maneira: estão ligados ao foco informacional e dependem da elocução para a atribuição do seu escopo.

Σ , portanto, na associação das visões de Martins e Valduví, pode ser interpretado como a categoria que representa, codifica ou interpreta o conteúdo informacional responsável por ditar qual a estrutura sintática adequada para aquele conteúdo. Na perspectiva lógico-semântica, a asserção sentencial dependerá dos operadores proposicionais que podem ser de negação, interrogação e afirmação.

As propostas que apresentaremos na próxima sessão, centradas na operação da negação, procurarão salientar os pontos de encontro nos comportamentos sentenciais da afirmação, negação e interrogação.

3.1. Semelhanças no comportamento dos operadores e das operações de modificação da sentença: questões de escopo e polaridade.

As propostas apresentadas aqui procuram salientar os pontos de encontro nos comportamentos sentenciais da afirmação, negação e interrogação. Em semântica, a asserção sentencial dependerá dos operadores proposicionais que podem ser de negação, interrogação e afirmação.

De acordo com Valduví (1992:155-157), o operador de afirmação (identificado como ‘yes operator’) apresenta uma distribuição complementar e paralela aos operadores interrogativos (*Q*) e a negação.

Vejam os alguns exemplos do Catalão explorados por Valduví, abaixo de cada exemplo fizemos uma singela representação do conteúdo informacional, ou seja, da relação do operador e seu escopo a depender do que é enfatizado na sentença. Valduví mostrou 3 derivações das referidas operações levando em conta 3 tipos de estruturas de focalização, denominadas por ele de: a) *‘all-focus structure’*; b) *‘link-focus structure’*; c) *‘link-focus-tail structure’*.

(056)a) (... quan) van obrir botiga a londres ELS LLADRÓ
 ϕ [yes (els Lladró van obrir botiga a londres)]

b) Els Lladró van obrir botiga a LONDRES
 Els Lladró [ϕ yes [(van obrir botiga a LONDRES)]]

c) Els Lladró van OBRIR botiga a londres
 Els Lladró [ϕ yes [(van OBRIR botiga)]] (a londres)

(057) a) Que van obrir botiga a londres ELS LLADRÓ?
 ϕ [*Q* (els Lladró van obrir botiga a londres)]

b) Els Lladró que van obrir botiga a LONDRES?
 Els Lladró [ϕ *Q* [(van obrir botiga a LONDRES)]]

c) Els Lladró que van OBRIR botiga a londres?
 Els Lladró [ϕ *Q* [(van OBRIR botiga)]] (a londres)

(058)a) (...que) no van obrir botiga a londres ELS LLADRÓ
 ϕ [~(els Lladró van obrir botiga a londres)]

b) Els Lladró no van obrir botiga a LONDRES
 Els Lladró [ϕ ~ [(van obrir botiga a LONDRES)]]

c) Els Lladró no van OBRIR botiga a londres
 Els Lladró [ϕ ~ [(van OBRIR botiga)]] (a londres)

Portanto, os operadores proposicionais como afirmação, negação e operadores interrogativos que exibem um padrão de resposta sim/não (*yes/no operators*) têm um comportamento semelhante ao serem associados com o foco.

Todavia, na grande maioria das vezes, NEG parece ter naturalmente o escopo no **1º argumento interno do verbo** (deixando de fora o sujeito e muitas vezes outros complementos - objetos indiretos, por exemplo). Vejamos o seguinte exemplo do inglês:

(059) Max didn't kill the JUDGE with a hammer. (Valdúvı 1992:153, exemplo 289)

NEG afeta apenas o OD e não o VP inteiro, o sujeito 'Max' e o OI 'with a hammer' não são afetados pela negação. No entanto, quando outro elemento está como foco da sentença, então ele deve ser negado e o escopo da negação assim o abrange.

Kuno (1980, 1982) nota restrições similares para a negação e os operadores de interrogação em Japonês. Nessa língua, o escopo dos operadores de negação e interrogação se estende apenas para o foco verbal, ou seja, o constituinte que antecede o verbo imediatamente, já que o Japonês é uma língua de recursividade à esquerda (SOV).

Valdúvı argumenta que operadores proposicionais como a negação e operadores interrogativos que exibem um padrão de resposta sim/não (yes/no operators) estão associados com o foco. Também Rohrbaugh (1993) examina a existência de uma relação entre 'foco' e 'negação'. Segundo o autor o 'foco' atua no licenciamento e interpretação dos itens com polaridade negativa.

Jackendoff (1972), entre outros, já havia notado que o **foco** altera o escopo da negação. Se isto está correto, como parece ser de fato, então está errada a afirmação de que os componentes Semântico e Informacional são dois componentes autônomos. O autor argumenta que as leituras em que parte da sentença não é negada são derivadas da interação dos componentes lógico/semântico e informacional. Desta maneira, se propõe que o pacote informacional e o significado semântico interagem para o significado do cancelamento parcial, estabelecendo um laço estreito entre operadores lógicos e elementos de foco e, assim, produzindo o entendimento de que parte da oração está fora do escopo da negação ou interrogação sem nenhuma restrição adicional.

Já Horn (1989) argumenta que sujeitos tendem a estar fora do escopo da negação porque eles tendem a ser tópicos. Segundo o autor, tópicos não estão sob o escopo da afirmação e, para um entendimento pragmático, não vão estar sob o escopo da negação. E ainda propõe que os operadores proposicionais, apesar de terem escopo sobre toda a predicação, são associados com o constituinte remático (rhetic) que recebe o pico da entoação.

Valdúvı (1992) trata a derivação das diferentes leituras de escopo nos termos da interação da semântica e da informação. Para ele, as diversas leituras são derivadas de diferentes estruturas informacionais da sentença e seus diferentes padrões de sobreposição com uma estrutura semântica invariável.

Sem defender proposta alguma, é importante salientar que a somatória de todos estes fatos descritos sobre a semelhança no comportamento das operações mencionadas acima pontua a favor de hipóteses como a de Laka (1990), Zanuttini (1994, 1997) e Martins (1994, 2000), que consideram que a estrutura da frase deve ter uma posição funcional na qual se localizam todos os traços de polaridade, uma vez que suas diferentes modalidades (ligadas ao conteúdo informacional) têm papel fundamental na derivação sintática.

De acordo com Marantz (1995), o significado de uma expressão é interpretado na derivação daquela expressão, e não em LF. LF é meramente um nível de representação que exhibe certas relações estruturais relacionadas com o significado, tal nível não expressa nem representa o significado.

Na proposta de Martins (1994), além da afirmação e a negação serem universalmente valores de Σ° , esta categoria também possui traços de subordinação (C°) e atua na derivação das sentenças interrogativas e subordinadas.

Lightfoot (1991:38-39) propõe a hipótese de que C° contenha informação relativa às propriedades de seleção do verbo que o subcategoriza. Tomando esta hipótese, Martins é levada a considerar que Σ está de algum modo representado em C° . E para comprovar a representação de Σ em C° , a autora chama a atenção para o fato de alguns verbos como *proibir* e *impedir* selecionarem complementos frásicos afirmativos, o que pode indicar que em orações subordinadas não só o verbo mas também o complementador possui traços de Σ (verbos como os mencionados acima selecionam um complementador associado a Σ -Af, outros, com propriedades de seleção menos restritivas, admitem quer um complementador associado a Σ -Af quer a Σ -Neg).

Deste modo, um dos fatores que depende o sucesso da derivação é a concordância entre os traços de Σ do verbo e do complementador (ambos com traços idênticos). A verificação dos traços do complementador deve ocorrer primeiro, pois, se ao contrário for (se o verbo verificar primeiro seus traços), o verbo após ter verificado seus traços não se moverá para além de Σ . Tal movimento violaria o princípio de economia *Avidez*, de acordo com o qual não há movimento a não ser em proveito próprio. Por outro lado, os traços de Σ terão sido apagados no decorrer da operação de verificação dos traços do verbo. Assim, os traços do complementador ficarão por verificar.

Para que a operação de verificação dos traços do complementador ocorra primeiro é necessário que Σ° se mova para C° , processando-se em C° a verificação de traços do complementador. A motivação para o movimento do verbo manter-se-á intacta; o verbo, precisando verificar os seus traços, se moverá para Comp em LF, onde seus traços serão verificados por confronto com os traços do complementador que, por sua vez, haviam sido verificados por

confronto com os traços contidos em Σ° . Além disso, de acordo com Martins, Σ° também pode ser instanciado como foco (F°).¹⁹

No artigo de Martins (2000), a autora denomina de **PolP** a posição funcional que chamou de **ΣP** em outros trabalhos. Os traços polares considerados por Martins (2000:204) são: “*aff(irmation)-features, neg(ation)-features and mod(ality)-features*” que correspondem às noções semânticas de ‘veracidade’ (veridicality), ‘averacidade’ (averidicality) e ‘não-veracidade’ (non-veridicality).

As interpretações diferentes associadas com os diferentes tipos de sentenças que definem a polaridade dependerão, segundo Martins, de um mapeamento particular entre aqueles traços mais os valores + (especificado), **0** (não especificado e invariável) e **α** (não especificado e variável) que são propriedades dos itens lexicais.²⁰

3.2 O marcador de negação sentencial e as outras palavras negativas (n-words)

Esta breve subseção tem como objetivo único descrever a interação dos quantificadores e advérbios negativos com o marcador de negação (o núcleo de NegP ou Σ -NegP, segundo Miotto, 1992, e Martins, 1994, respectivamente) por apresentarem uma variação particular no seu comportamento diacrônico que podem trazer evidências sutis, porém importantes, da natureza do marcador de negação sentencial em português.

As palavras negativas descritas aqui podem ser enquadradas em dois tipos:

- i) O primeiro seria o próprio marcador de negação - ‘não’ - no português.
- ii) O segundo são os indefinidos negativos ou palavras negativas (*n-words*): estas ainda podem ser divididas em 2 ou 3 grupos a depender da teoria.

Peres (1995) aponta para o fato das palavras negativas, na terminologia de Laka (1991), exibirem dois tipos de comportamentos nas línguas:

1) Dupla Negação (DN) – “ninguém viu nada”

[-] [-]

¹⁹ No entanto, para Martins, contrariamente a $\Sigma(Af)$ e $\Sigma(NEG)$ F é não V-relacionado, portanto uma posição A' para operadores. Sintagmas qu-, sintagmas focalizados, quantificadores e certos advérbios quando ocorrem na periferia esquerda da frase, ocupam Spec de FP. Sempre que FP é projetado a próclise é derivada, pois não contendo F traços-V não há movimento do verbo para além de AgrS (posição que termina a verificação da morfologia verbal).

(01) Quem realmente lhe deu o tiro?

(02) [FP Quem [F' F [AgrSP realmente [AgrSP [AgrS' [AgrS lhe [AgrS deu (Martins 2002:13)

20

“See Déchaine and Tremblay (1998:27) for the proposal that functional categories, even null ones, always make a semantic contribution, and Zanuttini (1994:428) for the claim that languages express sentential negation via certain negative features that are present in the projection PolP. A functional category with underspecified features would not make (by itself) a semantic contribution, such as expressing a certain polarity value. On the other hand, only functional heads with specified feature values can ensure compatibility among different lexical items in a syntactic structure (therefore excluding sentences built up from unfit numerations)” (Martins, 2000:203 nota 12).

2) Harmonia Negativa (CN – em inglês ‘Concord Negation’) – Negative Concord?
 – “Nobody saw anything”
 [-] [+]

De acordo com as informações contidas em Peres (1995), nas décadas de 80 e 90 surgiram diversas teorias sobre a harmonia negativa nas línguas. Estas podem ser divididas em 3 subgrupos:

1. O primeiro grupo considera que as n-words são quantificadores negativos (NQs) ou indefinidos, a depender das propriedades sintáticas de cada uma. (Rizzi 1982, Longobardi 1987, e Dowty 1994).
2. O 2º Grupo considera que as n-words são sistematicamente analisadas como indefinidos (indefinites) (Laka 1990, Ladusaw 1992 e Suñer 1995)
3. O 3º Grupo considera que as n-words são sempre NQs. (Zanuttini 1991).

É importante notar que as teorias 1 e 2 vão assinalar diferentes subcategorias semânticas para as n-words tanto no grupo de línguas que exibem DN quanto os que exibem CN. Como consequência, uma sintaxe diferente vai determinar a presença ou ausência do **operador negativo** na estrutura. A discrepância entre semântica e sintaxe é, na visão de Peres, totalmente compatível com a evidência empírica da proximidade sincrônica e diacrônica dos parâmetros de DN e CN.

Passando para a visão de Martins (2000), a autora considera que a variação encontrada no uso dos indefinidos negativos pode ser explicada pela motivação, em termos sintáticos, elaborada pela tipologia da distinção forte/fraca dos itens polares, já bem estabelecida na literatura semântica.

A autora pretende mostrar que nos Romances as palavras negativas evoluíram de itens com *polaridade fraca* para itens com *polaridade forte*. Isto é o que nos termos tradicionais, de acordo com Keniston (1937:608, apud Martins 2000:192), chamam de mudança de palavra “*contextualmente negativa*” (que adquire um ‘sentido negativo’ de uma palavra negativa em um contexto relevante) para *intrinsecamente negativa*. E argumenta ser necessário adotar uma teoria de traços que integra a noção de **subespecificado** para dar conta dos fenômenos de polaridade na sintaxe.

I intend to show that in order to deal adequately, on a syntactic basis with the phenomenon of polarity, we need to adopt a theory of features which integrates the notion of underspecification. Only in this way will it be possible to motivate the subtleties of the context-sensitivity of polarity items (Martins 2000:192).

Martins (2000:202) traz a idéia de Rooryck (1994) sobre a natureza do sistema de traços, segundo a qual os traços devem estar associados a um valor de três possíveis: especificado (+), invariável e subespecificado (0), variável e subespecificado (α). O valor 0 marca a ausência de qualquer propriedade relacionada com traço em questão. Isto significa dizer que um elemento com

[traço-neg 0] é simplesmente incapaz de fazer qualquer operação relacionada com uma expressão de sentido negativo (é opaco, emprestando o termo da fonologia). Já o valor α é sensível ao contexto, dado um ambiente adequado ele se harmoniza (podemos dizer que é transparente).

Quanto à variação histórica no uso das formas sintáticas nas línguas românicas, Martins argumenta que tanto os indefinidos negativos quanto os positivos reduziram o seu aparato de variação subespecificada, ficando mais restritivos quanto aos contextos de licenciamento, como veremos a seguir.

3.2.1 A sintaxe dos indefinidos nos domínios negativos na diacronia

Nos romances antigos atesta-se ‘concordância negativa’: indefinidos negativos coocorriam com o marcador negativo aberto.

(060) “ *que **nenh~uu nõ** scapou (Crônica Geral de Espanha de 1344.)*” (cf. Cintra, ed. 1954:107, apud Martins, 2000: 216, apêndice).

É importante salientarmos que no romance antigo também era frequente o uso de indefinidos negativos em contextos não negativos (conforme menciona Martins, 2000:195). Estes contextos eram *não-assertivos* (não afirmativos) ou modais (questões, imperativos, condicionais, comparativos, o escopo do verbo modal, o escopo de expressões de proibição, construções genéricas e orações subjuntivas introduzidas por conectivos temporais como ‘antes que’).

(061) “*E por decreto publico foi defeso que **ninguém** navegasse*”. (Cf. Ali 1931:199, apud Martins 2000:196) [‘e por um decreto público foi proibido que alguém navegasse’]

Em estágio mais tardio (de acordo com Martins, século XV no português) o marcador negativo passou a ser opcional:

(062) “***Nenh~uu nom** mostrava que era famiinto*” (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:270, apud Martins 2000:194)

(063) “***Nenh~uu** poderá seer emlegido a semelhante honra*” (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:373, apud Martins 2000:194)

Já nos Romances Modernos, Martins (2000:196) afirma que não existe uma língua que tenha o paradigma da obrigatoriedade da coocorrência do indefinido negativo pré-verbal com o marcador de negação sentencial e ainda a possibilidade de usar indefinidos negativos em contextos não negativos. Com certeza não é assim que se derivam as sentenças em português hoje.

No Português Europeu atual, indefinidos negativos não são permitidos coocorrerem com o marcador negativo.

(064) “*Ninguém (*não) sabe o que se passa*” (Martins 2000:201)

O PE também não permite indefinidos negativos em contextos não negativos.

(065) “**Telefonou ninguém?*” (Martins 2000:201)

Outro fato que contribui para o entendimento das diferenças no comportamento dos indefinidos negativos e da negação dos romances antigos vs os modernos é que nos primeiros os indefinidos positivos podiam ocorrer em contextos negativos, já os segundos perderam esta propriedade dos indefinidos positivos. (ver Martins 2000, p. 211)

Português Antigo

(066) “*nom era algu~u ousado de lhe tall cousa dizer* (Fernão Lopes, *Crônica de D. João I. Freire org.1977:6*) (Martins 2000: 219 – apêndice).

Português Moderno

(067) *A Maria não comprou nenhum livro* (Martins 2000: 211)

(068) **A Maria não comprou algum livro* (Martins 2000: 211)

De acordo com Martins (2000), o fato de indefinidos positivos poderem ocorrer em contexto negativo nos romances antigos e não nos modernos sugere que eles evoluíram de *itens subespecificado- α* para os traços [*aff, neg, mod*] para *itens subespecificado- α* somente para os traços [*aff e mod*].

Martins considerou ainda que as prováveis evidências para a aquisição podiam ser: a) a competição entre os indefinidos negativos e positivos nos domínios não-negativos – contexto modal – faz deste contexto um ambiente de licenciamento menos saliente para os itens de polaridade negativa que os contextos negativos; b) por outro lado, sendo os contextos negativos particularmente salientes para o licenciamento dos itens polarmente negativos, os indefinidos positivos ficam em desvantagem na competição com os indefinidos negativos.

Quanto à derivação entre as ordens dos indefinidos negativos e o marcador de negação encontradas nos textos históricos, gostaríamos de lembrar o seguinte fato teórico:

Zanuttini accounts for the interaction between the distribution of negation proper and the distribution of negative indefinites in Romance by assuming that there is

variation across languages with respect to the strength of the neg features of Pol. In languages where the neg-features or Pol are strong (e.g Spanish and Portuguese), checking must take place before Spell-Out; in these languages either the negative marker or another negative element, such as a negative indefinite, will precede the verb. In languages where the neg-features of Pol are weak (e.g. French), checking takes place at LF; in these languages a negative element will not necessarily precede the verb (Zanuttini, 1994 apud Martins, 2000:204).

Sendo assim, as variações são derivadas dos movimentos que podem acontecer antes ou depois de Spell-out. Para a ordem (1) *n-word+neg+verbo*: esta variação é possível quando *n-word* tem um traço não especificado α que para significar negação precisa se harmonizar com um ambiente negativo, portanto precisa da realização do marcador de negação. Esta ordem está presente em uma língua com harmonia negativa (nestas gramáticas as *n-words* podem ser usadas em ambientes não negativos), o que evidencia que ‘*não*’ é o responsável direto para contextualizar a negação, portanto é sem dúvida a representação morfológica dos traços negativos do núcleo de Pol(aridade). Este seria o caso do *português antigo*.

Para (2) *n-word+verbo*: esta ordem é ambígua, pois é possível tanto nas gramáticas em que *n-word* tem **traço-neg α** como nas que *n-word* tem **traço-neg +**. No primeiro caso teremos o mesmo que em (1) - a concordância dos traços e a ordem ‘*n-word+neg+V*’ é a que se encontra na derivação da sentença negativa enquanto que ‘*n-word+V*’ (sem o marcador de negação) pode ser encontrada nos domínios não negativos. No segundo caso (traço-neg +), temos a checagem dos traços-neg + da *n-word* com os traços do núcleo de polaridade; nessa gramática a ordem (1) - ‘*n-word+neg+V*’ - é agramatical, uma vez que ‘*n-word*’ é inerentemente negativo não precisa da realização morfo-fonológica dos traços do núcleo de Polaridade para a derivação do contexto negativo, em outros termos, não precisa que a negação seja flexionada. Nesta gramática teríamos, portanto, o seguinte paradigma: ‘**n-word+neg+verbo*’ / ‘*neg+V*’ / ‘*n-word +verbo*’ / ‘*neg+verbo+n-word*’; *n-word* compete com *operador de negação*, portanto quando *este último* é flexionado (realizado) a *palavra negativa (n-word)* só poderá ter seus traços checados com os traços de **PolP** em **LF** por conta do fato teórico de que núcleos com itens lexicais se tornam opacos para a checagem dos traços inerentes (ver Martins 1994), então o princípio *adie* se aplica e a ordem *neg+verbo+n-word* é a que temos no Spell-out.

Considerando a hipótese de Martins da mudança nos *indefinidos negativos* que passam de palavras com um traço-neg α especificado no PA para traço-neg + especificado no PE, a dupla negação em sentenças como (060) e (062), ou melhor, o fato de haver necessidade da presença do marcador de negação com o indefinido negativo pré-verbal nos romances antigos, mencionado e ilustrado por Martins, é indício da natureza operacional e nuclear do marcador de negação

sentencial. Também o fato do marcador de negação sentencial - ‘*não*’ - estar linearmente dependente do verbo, como vimos nas seções anteriores, nos leva a dizer que a negação em português possui um caráter ‘flexional’ por estar ligado à morfologia do verbo desde os primeiros documentos escritos em português. Talvez possamos dizer o mesmo para a afirmação e outras instanciações de polaridade – tais elementos fazem parte da morfologia do verbo ou de outro constituinte da sentença e podem estar realizados na acentuação ou na entoação da palavra ou da frase.

A fim de confirmar que a teia que estamos construindo com base nos estudos trazidos sobre a negação faz sentido e ainda nos revela o caráter invariável do marcador de negação sentencial através dos tempos, voltamos à Miotto (1992). O autor aponta para o fato de que a simples presença de uma palavra negativa não é suficiente para determinar que temos uma sentença negativa no português brasileiro (PB).

(069)*João negou que a Maria viu **nada**.

O fato de (069) ser agramatical comprova que a negação sentencial no PB não se constrói lexicalmente, mas funcionalmente. Isto é interessante, pois pode-se considerar mais uma evidência para uma categoria de interface que traz conteúdos informacionais para a derivação sintática, como **ΣP** ou **PolP**.

4. Considerações finais: ligando os fios da teia

Nossa proposta de reflexão se baseia numa intersecção das visões de Miotto (1992) e Martins (1994), para capturar: (1) o fato de o ‘**não**’ sempre ter sido amalgamado ao verbo, ou seja, nenhum elemento, a não ser os pronomes clíticos, pôde ocorrer entre a negação e o verbo em toda a história do português; (2) derivar a possibilidade da variação histórica ‘**C-cl(X)-negV**’ / ‘**(C)-X-clnegV**’ / ‘**(C)-(X)-negclV**’; (3) a possibilidade do ‘**não**’ ser instanciado sozinho, licenciando a elipse: “*O João viu a sua mãe mas Paulo não -- [viu sua mãe]*”; (4) O padrão de resposta à perguntas ‘sim/não’: “*Você tem visto o João? Não (∅, tenho visto) / “Você tem visto o João? Tenho #SIM.*

Vimos que a negação opera do mesmo modo que a afirmação e a interrogação – ou seja, os outros pólos informacionais – com relação ao seu escopo e ao foco, fato que sugere um caráter funcional para NEG. Outras evidências de que a negação se constrói funcionalmente também foram exploradas. Vimos, por exemplo, que uma palavra negativa não é suficiente para determinar que temos uma sentença negativa – “**João negou que a Maria viu nada*”; também, que a presença do

operador de negação ‘**não**’ é fundamental para licenciar o contexto negativo – no PA, por exemplo, os indefinidos negativos, mesmo quando pré-verbais, precisavam coocorrer com o marcador de negação sentencial, por não serem inerentemente negativos. No PE, os indefinidos, mesmo sendo inerentemente negativos, precisam coocorrer com o operador de negação ‘**não**’ quando estão pós-verbais.

PA: “Nenh~uu nom mostrava que era famiinto” (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:270, apud Martins 2000:194)

PE: “A Maria não comprou nenhum livro” (Martins 2000: 211)

Além disso, de acordo com Lobeck (1995) a elipse só é licenciada e identificada por núcleos funcionais marcados por **Concordância Forte**²¹.

Estes fatos reforçam a concepção da negação como um elemento funcional e tornam fortes as evidências para uma categoria do tipo ΣP . Somando os fatos, defendemos a idéia de que a negação, em todas as fases do português, é a realização morfológica do núcleo de ΣP na sua instanciação negativa. No entanto, ao contrário do que propõe Martins, só existiu um operador de negação em toda a história da escrita portuguesa: a negação em Σ -NEG°. Seguimos em favor da hipótese de que o ‘**não**’ sempre foi um elemento flexional (um clítico “fixo”), situado nesta categoria funcional que carrega o conteúdo informacional acima de **IP** mas do tipo +I.

Concordamos com Miotto (1992), de que o ‘**não**’ e o ‘**verbo**’ formam um complexo resultante de um processo de incorporação. No entanto, a incorporação é obrigatória se um dos elementos for um afixo, pois existem restrições quanto à incorporação quando os núcleos adjacentes são núcleos lexicais plenos (Baker, 1988). Miotto traz um exemplo com o verbo ‘*ter*’ e o *particípio* em que há a possibilidade de intervenção de advérbios como ‘*sempre*’ entre eles. “*A Maria tem sempre visitado os amigos*”. (Miotto 1992:102). Já “**Eu não sempre visito a Maria*” não é uma construção possível em nenhum português. De acordo com o autor, o processo de incorporação de **NEG** e **V** através do movimento dos núcleos inferiores para **NEG**° é capaz de derivar todos os fenômenos envolvendo a negação sem ter que postular uma categoria extra abaixo de **IP** só para

²¹ Lobeck (1995:51; apud Santos Martinho, 1998) propõe para Concordância e Concordância Forte as seguintes definições:

(1) Concordância : Um X° é marcado por concordância sse os seus traços devem ser partilhados com os de outro X° ou XP sob regência.

(2) Concordância Forte: Um X° é marcado por concordância forte sse X°, ou o constituinte ou o núcleo com o qual X° concorda, realiza morfológicamente acordo num número produtivo de casos. Santos Martinho (1998: sessão 2.3.1) explica a relação de concordância apresentada nas definições em (1) e (2), no texto de Santos Martinho (12) e (13) respectivamente:

“Segundo (12), núcleos regem e portanto concordam com os seus Especificadores --por Concordância Especificador-Núcleo--, ou com os seus complementos, e também com os núcleos dos seus complementos. Segundo (13), um núcleo é marcado por traços fortes se o próprio núcleo realiza estes traços, ou se os traços de acordo são realizados no elemento com qual o núcleo se acorda, nomeadamente um Especificador, complemento, ou o núcleo desse complemento. Traços nominais fortes de acordo são o meio pelo qual pro não arbitrário é identificado, resumido no princípio em (14):

(14) Legitimação e identificação de pro

Um pronome vazio não arbitrário deve ser estritamente regido por núcleo, e regido por um X° marcado por Concordância Forte. Dado que núcleos funcionais só regem estritamente por núcleo quando marcados por traços, tais núcleos também identificam potencialmente um pronome vazio quando o legitimam sob (14). Se se verificar que os traços que marcam um núcleo funcional são traços de acordo morfológicamente realizados, conclui-se que esse X° funcional é marcado por Concordância Forte sob (13).”

derivar um movimento clítico. **Neg** acima de **IP** pode licenciar a elipse do IP e ainda receber o complexo verbal. Entretanto, Miotto considera difícil construir uma idéia que encare o ‘*não*’ como afixo, recorrendo desta maneira à idéia de que este item é um clítico e é desta propriedade que vem a capacidade da negação sofrer um processo de incorporação, isto é, de atrair o complexo verbal formado abaixo dela.

A idéia de termos a negação como um afixo, mais exatamente prefixo no português, foi explorada recentemente por Santos (2005)²², em uma outra linha teórica. Para nós, basta a idéia da necessidade da incorporação. Dar o nome de clítico, afixo ou partícula negativa vai depender da concepção do que seja cada um destes elementos.

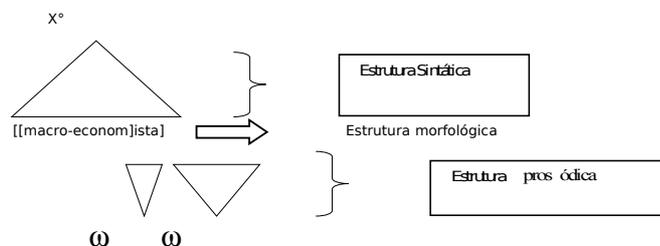
O caráter de *clítico* para ‘neg’ também pode ser sugerido nas construções em que normalmente teríamos um ‘*clitic-climbing*’ nos domínios afirmativos em PE, e, por conta da presença do operador de negação a subida do clítico fica impedida.

De acordo com Costa e Martins (2004), para o PE, a presença da negação impede o “*clitic climbing*”.

- (070) a. Eu devo não ver o Pedro
 b. Eu devo não o ver
 c. *Eu devo-o não ver

Seguindo o raciocínio de Miotto, tal fato deriva de ambos, a negação e o pronome, compartilharem traços de clítico, pois de acordo com o autor, não basta partilharem traços de núcleo para bloquear a subida do clítico. Vimos, na sessão 2.3 (argumentação resumida de Martins, 2002), que quando há a presença de dois clíticos em um mesmo domínio, estes devem ocorrer

22 Santos (2005) argumenta, dentro do quadro teórico funcionalista, a idéia de ‘nãõ’ como prefixo no português brasileiro. Seus principais argumentos giram em torno da possibilidade de termos a palavra ‘nãõ’ antecedendo imediatamente e negando um substantivo, ou um adjetivo ou um particípio. Estes não são casos de negação sentencial. A idéia do prefixo é interessante, no entanto Miotto (1992) assume, em uma nota, que a negação que antecede um elemento [+N] não pode ocupar Neg^o apesar de conservar o seu valor semântico, tão pouco pode ser clítica. Não vejo razão para tal afirmação, a idéia de afixo também cabe aqui e a negação de categorias [+N] deve ser paralela à negação sentencial. O empecilho considerado para sustentar a idéia do prefixo negativo é a capacidade do operador de negação ‘nãõ’ licenciar uma categoria vazia, como nos casos de elipse de VP. No entanto, Vigário (2003) mostra que certos prefixos podem licenciar a elipse do seu NP em estruturas de coordenação, por exemplo: “sílabas pré-tônicas e pós-tônicas” – a autora argumenta que o apagamento é possível porque “prefixos” como ‘pré’ e ‘pós’, ‘macro’ e ‘micro’, entre outros, têm o contorno entoacional de uma palavra prosódica. De acordo com Vigário (2003) palavras como ‘macro-economista’ tem as seguintes representações sintática, morfológica e prosódica:



Em conclusão, apenas prosodicamente podemos identificar constituintes independentes, fato que leva Vigário a dizer que a explicação para derivar elipses como “macro-economista e micro economista” é de cunho prosódico, uma vez que somente uma análise prosódica nos permitirá manipular essas unidades independentemente. Em Namiuti (2006, 2008a e 2009) argumento que podemos dizer o mesmo da negação. ‘Nãõ’ é “afixado” (no sentido de ser necessariamente adjacente) ao elemento negado (o verbo, no caso da negação sentencial), mas é provido de um acento que lhe dá certa independência prosódica (diferentemente dos pronomes clíticos do PE e PB).

amalgamados, e isto sempre foi verdade para os pronomes acusativos, dativos e ‘se’. E para transferirmos este raciocínio na derivação em **b vs c**, temos que supor que esta condição de elementos clíticos ocorrerem amalgamados é independente da função desempenhada por cada clítico (no caso do operador de negação e do pronome, enquanto o primeiro desempenha o papel de modificador do valor de verdade do verbo, o segundo é o complemento verbal).²³

Para completar o quadro da relação de dependência ‘neg’ e ‘verbo’, lembremos que o ‘*não*’, apesar de sempre ter sido um desencadeador de próclise obrigatória em português, jamais foi capaz de desencadear a interpolação de XPs, como os demais advérbios proclisadores. Em análises como a de Martins (1994, 2002, entre outros trabalhos), em frases negativas com a ordem ‘não-clítico-verbo’, ‘*não*’ está contido em Σ , o verbo e o clítico em AgrS. Neste tipo de frase, esperar-se-ia que a interpolação de XPs fosse possível no PA, dado que os constituintes movidos por *scrambling*, de acordo com a proposta apresentada por Martins (2002), ocupam posições de Spec AgrS. No entanto a interpolação de XPs jamais se registrou neste contexto. Tal situação decorre, segundo Martins, da inviolabilidade de uma condição de adjacência entre ‘não’ e o ‘verbo’ – adjacência só interrompida por clíticos. Sendo assim, não nos restam dúvidas de que a incorporação de ‘*não*’ ao verbo é obrigatória.

Quanto aos padrões de resposta a perguntas ‘*sim/não*’, segundo Martins (2005), eles também estão ligados à força do núcleo de Σ : **Respostas verbais** a perguntas ‘*sim/não*’ evidenciam a força *forte* de Σ . No entanto, respostas mínimas - ‘*sim*’ | ‘*não*’ - são independentes da natureza forte ou fraca de Σ :

Laka (1990) proposes that in Romance the lexical items that show up in minimal unmarked answers to yes/no questions incorporate in Σ . Under the analysis that I am proposing here, this is so independently of strong or weak character of Σ . However, verbal answers to yes/no questions can only be a property of languages where the strong nature of Σ induces merging of this head with the V head; otherwise only an affirmative/negative word will be able to give lexical content to the Σ head. Thus in Spanish, in contrast to Portuguese, only Sí ‘yes’ (not *Dí ‘gave’) is a good affirmative answer to the question *Le diste el libro?* (‘Did you give him the book?’) Martins (2005:178).

²³ Se assim for, a razão de a negação condicionar categoricamente a próclise verbal do pronome clítico não deve derivar do seu caráter de ‘operador’, no sentido dos demais advérbios e operadores que condicionam a próclise, mas sim do fato de que os clíticos devam ocorrer amalgamados em português, e, sendo ‘neg’ sempre pré-verbal a próclise do pronome é derivada, pois o clítico negativo atrai o pronome para ficar alinhado de maneira adjacente a ele. A ordem ‘cl-neg-V’ não poderá ser derivada em nenhum contexto no PE por conta de que este elemento não pode receber o acento secundário inicial característico da palavra fonológica no PE (de acordo com Abaurre e Galves 1998, também d’Andrade e Laks, 1992, o PE tem a tendência de acentuar o início de palavra). Como os clíticos pronominais não podem portar tal acento a ordem padrão dos ‘morfemas verbais no PE atual é ‘neg-cl-V’, já que nos contextos negativos o clítico deve se mover para dentro do complexo verbal e portanto fazer parte do domínio da palavra de ação.

É natural, portanto, que em línguas como o Português, em que temos a propriedade das respostas *verbais* às perguntas *sim/não*, possamos ter a elipse do ‘IP’. Pois, ambos os fenômenos estão associados à força *forte* de Σ .

Deste modo, argumentamos que o marcador de negação ‘*não*’ é invariável em toda a história do português, ou seja, não sofre nenhuma mudança diacrônica quanto a sua natureza de núcleo funcional associado à morfologia do verbo. E ainda concluimos que a premissa inicial de que “as ordens relativas de pronomes fracos e clíticos nos domínios negativos, comparadas aos domínios afirmativos, além de confirmar a natureza *clítica* da palavra *não* em português, trazem indícios e pistas importantes sobre a história gramatical da língua” é verdadeira.

Ficaremos por aqui. Para mais detalhes da proposta e para sua formalização no quadro teórico da Morfologia Distribuída remeto à Namiuti (2006, 2008a e 2008b).

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B.; GALVES, C. M. C.: As diferenças rítmicas entre o português europeu e o português brasileiro: uma abordagem otimalista e minimalista. **DELTA**. São Paulo, vol 14, nº2, 1998.
- BAKER, M.: **Incorporation. A theory of grammatical function changing**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- BELLETTI, A. **Generalized Verb Movement: Aspects of Verb Syntax**. MS, University de Genève, 1990.
- CARDINALETTI, A.; ROBERTS, J. **Clause structure and X-second**. Artigo inédito, 1991.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: RIEMSDIJK, H. V. (org). **Clitics in the Languages of Europe**. WdeG, 1999.
- CHOMSKY, N. Minimalist program for linguistic inquiry. In: HALLE, K. & KEYSER, J. (orgs) **View from the building 20**. Cambridge (MA): MIT Press, 1993.
- COSTA, J.; MARTINS, A. M. **What is strong functional head?** Lisbon Whorkshop on Alternative Views on the Functional Domain, 2004.
- FONTANA, J. Phonology and Syntax in the intepretation of the Tobler-Mussafia Law. In: GALVES, C. **Clitic in European Portuguese: evidence for a non-homogeneous theory of clitics**. **Atas do workshop sobre o Português, Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa, 1992.
- _____. **Colocação de clíticos e mudança gramatical no português europeu**. Comunicação no 12º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Braga, Portugal, 1996.

- _____. **Ensaio sobre as Gramáticas do Português**. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2001.
- _____. “Sintaxe e estilo: a colocação de clíticos nos sermões do Padre Vieira”. In: ALBANO, E.; HADLER COUDRY, M. I.; POSSENTI, S.; ALCKMIN, T. (orgs.). **Saudades da Língua**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p. 245-260.
- _____. **Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística – Fase II**. Projeto de pesquisa (FAPESP), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Clitic placement and the position of subjects in the history of European Portuguese. In: GEERTS, T; VAN GINNEKEN, I; JACOBS, H. (orgs.). **Languages and Linguistic Theory: selected papers from ‘Going Romance’ 2003**. John Benjamins, 2005. p. 93-107.
- GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Clitic Placement in European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. In: **Journal of Portuguese Linguistics**, Vol 4 , n.1, Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond. 2005.
- GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: **Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch**. Annette Endruschat / Rolf Kemmler / Bárbara Schäfer-PrieB (Hrsg). Tübingen: Calapinus Verlag, 2006. p. 45-75.
- HALPERN, A. L.; ZWICKY, A. M. (orgs) **Approaching second: second position clitics and related phenomena**. CSLI Publications, 1996.
- LAKA, I. **Negation in Syntax: on the Nature of Functional Categories and Projections**. Ph. D. Dissertation. Cambridge, Massachusetts: MIT. 1990.
- LOBECK, A. **Ellipsis. Funcional Heads, Licensing and Identification**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- MARANTZ, A. A late Notion on late insertion. In: YOUNG-SUM KIM et al. (orgs) **Explorations in Generative Grammar**. Seoul: Hankuk Publising Co., 1995. p. 396-413.
- MARTINS, A. M. **Clíticos na história do português**. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa. 1994.
- _____. Mudança Sintática. Clíticos, negação e um pouquinho de Scrambling. In: **Estudos Lingüísticos e Literários**, n. 19. Salvador: Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia, 1997.

- _____. Polarity Items in Romance: Underspecification and Lexical Change. In: PINTZUK, SUSAN, GEORGE TSOULAS e ANTHONY WARNES (orgs) **Diachronic Syntax: Models and Mechanisms**. Oxford University Press, 2000.
- _____. **Tipologia e Mudança Lingüísticas: os pronomes pessoais do português e do espanhol**. Artigo inédito. 2002.
- _____. Clitic Placement, VP-Ellipsis and Scrambling in Romance. In: BATILBORI; MONTSE; HERMANZ, M. L. et al (orgs.) **Gramaticalization and Parametric Variation**. Oxford University Press, 2005.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.
- MIOTO, C. **Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática**. Tese de Doutorado em Lingüística – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- MUIDINE, S. A. **Os pronomes i e em(de) no português dos séculos XIII ao XVI**. Dissertação de Mestrado, Lisboa. 2000.
- NAMIUTI, C. **Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu**. Tese de doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008a.
- _____. Negação sentencial na diacronia do português: variação com estabilidade. **Revista de estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.16, nº2, p. 193-239, 2008b.
- _____. Negação e diacronia: a estabilidade gramatical diante da variação superficial. In: **VI Congresso Internacional da Abralin**, 2009, João Pessoa. Anais do VI Congresso Internacional da Abralin. João Pessoa : ABRALIN, 2009. v. 2.
- _____. **A negação sentencial no português: uma visão diacrônica**. Qualificação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. 2004.
- PERES, J. Extending the notion of negative concord. In: **Negation and polarity / Syntax and Semantics**. 1995.
- POLLOCK, J. I. Verb Movement, UG and the Structure of IP. In: **Linguistic Inquiry** 20, 1989. p.365-424.
- RAPOSO, E. P. **Afectives operators and clausal structure in European Portuguese and European Spanish**. Versão inédita. 1994.

- RIBEIRO, I. **A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- RIVERO, M. L. Negation, imperatives and Wackernagel effects. In: **Revista di Linguistica**. 1994.
- _____. On two locations for complement clitic pronouns: Serbo-Croatian, Bulgarian and Old Spanish. In: ANS VAN KEMENADE AND MIGEL VICENTI (orgs) **Parameters of Morphosyntactic change**. Cambridge University Press, 1997. p 170-206.
- ROHRBAUGH, Eugene. The role of focus in licensing and interpretation of negative polarity items. In: **Negation and polarity / Syntax and Semantics**. 1995.
- SANTOS, L. O desempenho do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs). **Do Português Arcaico ao Português Brasileiro**. Edulfa, 2005.
- SANTOS MARTINHO, F. J. dos. A Elipse Nominal em Português e em Francês. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. PORTO. Abril de 1998.
- TORRES MORAES, M. A. **Do português clássico ao português moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. 1995.
- VALLDUVÍ, E. **The informational component**. Garland Publishing. Nova York | Londres. 1992.
- VIGÁRIO, M. On the Prosodic Status of Stressless Function Words in European Portuguese. In: HALL, A. T.; KLEINHENZ, U. (orgs) **Current Issues in Linguistic Theory: Studies on the Phonological Word**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999. p. 255-295.
- _____. Quando meia palavra basta: apagamento de palavras fonológicas em estruturas coordenadas”. In: CASTRI, I. E DUARTE I. (orgs) **Razoes e Emoções**. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. II. Lisboa: Colibri, 2003. p. 415-435.
- ZANUTTINI, R. **Syntactic Properties of Sentential Negation**. A Comparative Study of Romance Languages. PhD Thesis. University of Pennsylvania. 1991.
- _____. Re-examining Negative Clauses. In: CINQUE, G.; POLLOCK, J.Y.; RIZZI, L.; ZANUTTI, R. (orgs) **Paths Towards Universal Grammar: studies in honor of Richard Kayne**. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1994. p. 427-451.